

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 002

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2002

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Hermes Fonseca
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Cezar Silvestri

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
19 DE FEVEREIRO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 062/2001

Curitiba, 26 de dezembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que objetiva assegurar aos idosos, direito ao pagamento de “meia-entrada”, em espetáculos promovidos diretamente por órgãos da Administração Estadual.

A presente proposição é feita no momento em que tive que vetar o Projeto de Lei nº 343/2000, o qual não foi possível de ser aceito pelos efeitos demasiadamente amplos que teria em sua execução, eis que extrapolaria a esfera administrativa estadual, ensejando fatores de inexecutabilidade.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica assegurado a idosos direito do pagamento de meia-entrada em espetáculos culturais promovidos diretamente pela Administração Estadual.

Parágrafo Único - Considera-se idoso, para efeitos desta lei, a pessoa com mais de 60 (sessenta) anos de idade.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Cultura proporá a regulamentação que se fizer necessária para o cumprimento da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 001/2002

Curitiba, 05 de fevereiro de 2002.

Senhor Presidente:

Nos termos do preceito contido no artigo 164, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciada por essa augusta Assembléia Legislativa, a presente proposta de emenda que objetiva alterar as disposições dos parágrafos 2º e 4º, do artigo 42 da referida Carta Constitucional.

A Emenda Constitucional em referência é indiscutivelmente justa e oportuna, pois consagra expressivos benefícios aos servidores públicos e a seus dependentes, deferindo-lhes a condição de integrarem um sistema de assistência à saúde, concebido de forma a que não tenham a obrigação de efetuarem contribuições ou descontos em folha de pagamento.

Tal sistema, denominado “Sistema de Assistência à Saúde - SAS”, resulta de estudos feitos pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência- SEAP, por mim aprovados e adotados conforme Decreto nº 5.303, datado de 04 deste mês.

O referido decreto institui o Departamento de Assistência à Saúde, com atribuição de “gerir o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Civis, aposentados, da reserva remunerada, reformados e seus dependentes, bem como dos pensionistas do Estado do Paraná”.

As expressões a serem retiradas do texto dos parágrafos 2º e 4º, do artigo 42, da Carta do Estado, tornaram-se despidiendas e, portanto, não devem lá permanecerem, a fim de que não venham, no futuro, motivar interpretações dúbias e prejudiciais aos servidores do Estado.

Assim sendo, entendo que, para solução do assunto, essa augusta Casa poderá aprovar e promulgar emenda Constitucional do seguinte teor:

“Art. 2º -.....

§ 2º - A concessão de benefícios de previdência, destinada aos servidores do Estado e a seus dependentes só poderá ser concedida majorada ou estendida mediante efetiva contribuição.

§ 4º - A inscrição ao órgão de previdência é obrigatória, sendo a contribuição social do Estado e de seus servidores devidas na forma e percentual fixados em lei”.

Submeto, pois, à apreciação dessa Assembléia Legislativa a ora formulada proposta de emenda, contando com o apoio, aprovação e promulgação da mesma.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob o nº 4517/2001, do senhor ministro Ilmar Galvão - relator do Supremo Tribunal Federal, comunicando que a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2477, sendo requerente o governador do Estado do Paraná e, requerida a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, DEFERI *ad referendum* do Plenário, o pedido de medida cautelar, tão-somente para suspender a eficácia do artigo 1º e da expressão “municipal e” constante do artigo 2º da Lei nº 13.132/2001, do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2328/2001, do senhor Djalmir da Costa Bessa, ordenador de despesas da Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando liberação de recursos do convênio com a sociedade Rural de Iporã-PR, no valor de R\$10.000,00 - Ministério e R\$2.010,00 - Contrapartida, com o objetivo de apoiar a realização da 14ª Expoirã. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2343/2001, do senhor Djalmir da Costa Bessa- ordenador de despesas da Secretaria de Apoio Rural e Coperativismo, comunicando liberação de recur-

sos do convênio com a Prefeitura Municipal de Ivaiporã/PR, no valor de R\$30.000,00 - Ministério e R\$3.000,00-contrapartida, com o objetivo de apoiar a realização da XIV Expovale. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nº s CTL/SEEG/398 a 436, 438 a 442 e 445, 447/2001, do senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei nºs:

535/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Vídeo e Cinema do Paraná- AVEC, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.334.

Anote-se - Arquivo-se.

377/2001: De autoria do Deputado Hermas Brandão, que instituiu, no Calendário Oficial de eventos do Estado do Paraná, o Dia da Lembrança dos Heróis e Mártires da Segunda Guerra Mundial, a ser comemorado, anualmente, no dia oito de maio, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.335. **Anote-se - Arquivo-se.**

236/2001: De autoria da deputada Serafina Carriho, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao senhor Francisco Carlos da Silva, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.336. **Anote-se - Arquivo-se.**

430/2001: De autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Querência Nova, com sede e foro no município de Matelândia, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.337. **Anote-se - Arquivo-se.**

391/2001: De autoria do deputado Divanir Braz Palma, que declara de Utilidade Pública a Assistência Beneficente Filadélfia -ABF, com sede e foro na cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.338. **Anote-se - Arquivo-se.**

393/2001: De autoria do deputado Edson Strapason, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Almirante Tamandaré, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.339. **Anote-se - Arquivo-se.**

370/2001: De autoria do deputado Miltinho Pupio que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Novo Itacolomi - APMI, com sede no município de Novo Itacolomi e foro em Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.340. **Anote-se - Arquivo-se.**

385/2001: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação Abba-Pai, com sede e foro no município de Cornélio Procopio o qual convertido em Lei tomou o nº 13.341. **Anote-se - Arquivo-se.**

304/2001: De autoria do deputado Edson Strapason, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Tancredo Neves, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré, o qual

convertido em Lei tomou o nº 13.342. **Anote-se - Arquivo-se.**

386/2001: De autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Dr. Luiz Fernando de Freitas, com sede e foro no município de Morretes, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.343. **Anote-se - Arquivo-se.**

298/99: De autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Fortunato, com sede e foro no município de Palmas, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.344. **Anote-se - Arquivo-se.**

387/2001: De autoria do deputado Edson Strapason, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Zumbi dos Palmares, com sede e foro no município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.345. **Anote-se - Arquivo-se.**

303/2001: De autoria do deputado Edson Strapason, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Padre Durval Secchi, com sede e foro no município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.346. **Anote-se - Arquivo-se.**

210/2001: De autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães Bom Jesus, com sede e foro no município de Laranjeiras do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.347. **Anote-se - Arquivo-se.**

285/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores do Barreiro - APEABA, com sede no município de Guaramiranga e foro no município de Imbituva, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.348. **Anote-se - Arquivo-se.**

284/2000: De autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Naturais, Estudantes e Amigos de Angola em Curitiba, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.349. **Anote-se - Arquivo-se.**

341/2001: De autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Creche Papa João XXIII, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.350. **Anote-se - Arquivo-se.**

365/2001: De autoria do deputado Ricardo Chab, que declara de Utilidade Pública a Creche Comunitária Jardim Acrópole, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.351. **Anote-se - Arquivo-se.**

360/2001: De autoria do deputado Edson Strapason, que declara de Utilidade Pública a Casa de Apoio Sete Anjos, com sede e foro no município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.352. **Anote-se - Arquivo-se.**

342/2001: De autoria do deputado Geraldo Cartário, que declara de Utilidade Pública o Clube da Amizade

Sem Fronteira - CASF/PR, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.353. **Anote-se - Arquivo-se.**

342/2000: De autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utilidade Pública o Centro de Eventos Sociais e religiosos de Marialva - CESOREMA, com sede e foro no município de Marialva, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.354. **Anote-se - Arquivo-se.**

333/2001: De autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no município de Nova Olímpia e foro no município de Cianorte, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.355. **Anote-se - Arquivo-se.**

325/2001: De autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Surdos de Londrina, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.356. **Anote-se - Arquivo-se.**

306/2001: De autoria do deputado Edson Strapason, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Jardim Guarujá, com sede e foro no município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.357. **Anote-se - Arquivo-se.**

305/2001: De autoria do deputado Edson Strapason, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Apucarana, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.358. **Anote-se - Arquivo-se.**

405/2001: De autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio e Reabilitação dos Portadores de Fissura Lábio Palatal de Londrina e Região - CEFIL, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.359. **Anote-se - Arquivo-se.**

422/2001: De autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro São Sebastião, com sede e foro no município de Palmas, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.360. **Anote-se - Arquivo-se.**

437/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Associação dos Municípios Centro-Sul do Paraná - AMCESPAR, com sede e foro no município de Irati, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.361. **Anote-se - Arquivo-se.**

204/2001: De autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores São João Batista do Assungui, com sede no município de Fernando Pinheiro e foro no município de Irati, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.362. **Anote-se - Arquivo-se.**

280/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Nova Boa Vista, com sede no município de Guamiranga e foro no município de Imbi-

tuva, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.363.

Anote-se - Arquivo-se.

283/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Agricultores de Rio Bonito, com sede no município de Guamiranga e foro no município de Imbituva, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.364. **Anote-se - Arquivo-se.**

366/2001: De autoria do deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Vila Baronesa e Jardim Esmeralda, com sede e foro no município de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.365. **Anote-se - Arquivo-se.**

367/2001: De autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública o COSAP - Conselho de Obras Sociais de Apucarana, com sede e foro no município de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.366. **Anote-se - Arquivo-se.**

392/2001: De autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação Rubi Mancuso, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.367. **Anote-se - Arquivo-se.**

420/2001: De autoria do deputado Luiz Accorsi, que dá nova redação ao artigo 1º, da Lei nº 13.263/2001, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tuneiras do Oeste, com sede no município de Tuneiras do Oeste e foro no município de Cruzeiro do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.368. **Anote-se - Arquivo-se.**

424/2001: De autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a ONG - Organização Não Governamental Cidadão do Futuro, com sede e foro no município de Ibiporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.369. **Anote-se - Arquivo-se.**

425/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo da Paróquia de Siqueira Campos, com sede e foro no município de Siqueira Campos, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.370. **Anote-se - Arquivo-se.**

436/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no município de Honório Serpa e foro no município de Mangueirinha, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.371. **Anote-se - Arquivo-se.**

558/99: De autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação Lar Evangélico de Assistência ao Idoso, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.372. **Anote-se - Arquivo-se.**

300/2001: De autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no município de Marilena e foro no município de Nova Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.373. **Anote-se - Arquivo-se.**

313/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professor Júlio César, Ensino de 2º Grau, com sede e foro no município de Rebouças, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.374. **Anote-se - Arquivo-se.**

330/2001: De autoria da deputada Serafina Carriho, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Hemofílicos de Maringá e Região Noroeste do Paraná - HEMOPAR, com sede e foro no município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.375. **Anote-se - Arquivo-se.**

350/2001: De autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Fraternidade Universal, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.376. **Anote-se - Arquivo-se.**

353/2001: De autoria do deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná - ACAP, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.377. **Anote-se - Arquivo-se.**

201/2001: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre encaminhamento, pelo presidente da Assembléia Legislativa, do relatório de Comissão Parlamentar de Inquérito às autoridades que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.378. **Anote-se - Arquivo-se.**

251/2001: De autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar os imóveis que especifica ao município de Matinhos, para instalação de unidade escolar municipal, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.379. **Anote-se - Arquivo-se.**

083/99: De autoria do deputado Beto Richa, que assegura a distribuição gratuita de medicamentos e insulinos destinados ao tratamento e controle de diabetes, aos diabéticos residentes no Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.380. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/437/2001, do senhor governador do Estado, devolvendo a este Poder, o Projeto de Lei nº 384/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº CTL/SEEG/443/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 206/99, de autoria do deputado Péricles de Mello, por julgá-lo inconstitucional. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº CTL/SEEG/444/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 031/99, de autoria do deputado Neivo Beraldin, por julgá-lo inconstitucional. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob os nºs CTL/SEEG/448, 449, 452 a 457 e 463 a 492/2001, do senhor governador do Estado comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

358/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que torna obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual de Ensino, conteúdos da disciplina História do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.381. **Anote-se - Arquivo-se.**

259/2001: Do Poder Executivo, que exclui da delegacia de Ordem Social o registro de estabelecimento de hospedagem, de que trata a Lei nº 9.227/90, alterada pela Lei nº 9.339/90 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.382. **Anote-se - Arquivo-se.**

635/2001: De autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a firmar escritura de permuta de imóveis com o município de Cambé, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.383. **Anote-se - Arquivo-se.**

593/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza construção da pequena Central Hidrelétrica Novo Horizonte, no Rio Capivari, bacia hidrográfica Atlântico, trecho Sudoeste, sub-bacia 81, entre os municípios de Campina Grande do Sul e Bocaiúva do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.384. **Anote-se - Arquivo-se.**

564/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão e Luiz Accorsi, que autoriza a estadualização da Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - FACINOR, com sede em Loanda, da Fundação Faculdade Luiz Meneguel, com sede em Bandeirantes e da Escola Superior de Ciências Agrárias - ESCA, com sede em Guarapuava e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.385. **Anote-se - Arquivo-se.**

476/2001: Do Poder Executivo, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 2002, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.386. **Anote-se - Arquivo-se.**

626/2001: Do Poder Executivo, que dispõe sobre alteração à Lei nº 11.280/95 (IPVA) e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.387. **Anote-se - Arquivo-se.**

594/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica Pedrinho I com eixo de barragem localizado no Rio Pedrinho, município de Boa Ventura de São Roque - PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.388. **Anote-se - Arquivo-se.**

213/2001: De autoria do deputado Durval Amaral, que dispõe que o edifício sede da Ciretran do município de Cambé fica denominado "Alcebíades Zotarelli", o qual convertido em Lei tomou o nº 13.389. **Anote-se - Arquivo-se.**

413/2000: De autoria do deputado Antonio Anibelli, que dispõe que a Rodovia do Café passa a denominar-se de Rodovia do Café Governador Ney Braga, o qual

convertido em Lei tomou o nº 13.390. **Anote-se - Arquivo-se.**

349/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção da Usina Hidrelétrica de Ourinhos, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.391. **Anote-se - Arquivo-se.**

232/2001: De autoria do deputado Cesar Seleme, que prorroga, por 05 anos, a cessão de uso de imóvel à Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano - APADEH, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.392. **Anote-se - Arquivo-se.**

018/2000: De autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que autoriza o Poder Executivo a criar o Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, com sede na cidade de Dois Vizinhos e jurisdicionado pelos municípios que especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.393. **Anote-se - Arquivo-se.**

429/2001: De autoria do deputado Eli Ghellere, que declara de Utilidade Pública a Associação Santo Inácio de Loyola, com sede no município de Serranópolis do Iguaçu e foro no município de Medianeira, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.394. **Anote-se - Arquivo-se.**

390/2001: De autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o União Esporte Clube, com sede e foro no município da Lapa, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.395. **Anote-se - Arquivo-se.**

190/2001: De autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Prefeitura Municipal de Nova Fátima, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.396. **Anote-se - Arquivo-se.**

394/2001: De autoria do deputado Edson Strapason, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo às Crianças Carentes, com sede e foro no município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.397. **Anote-se - Arquivo-se.**

417/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Protetora dos Animais de Campo Largo, com sede e foro no município de Campo Largo, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.398. **Anote-se - Arquivo-se.**

314/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 13.032/2000, que criou o Fundo de Conservação Rodoviária do Estado do Paraná - FUNCOR, acrescentando-lhes inciso XVII, no artigo 2º, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.399. **Anote-se - Arquivo-se.**

019/2001: De autoria do deputado Ademar Traiano e outros, que dispõe que as instituições bancárias e outras especificadas, deverão providenciar medidas para efetivar, em tempo razoável, atendimento a seus usuários, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.400. **Anote-se - Arquivo-se.**

494/2001: Do Poder Executivo, que autoriza a Sanepar a desapropriar a área descrita no Decreto nº

4.842/98, de propriedade da Emater - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.401. **Anote-se - Arquivo-se.**

118/2001: De autoria do deputado Eli Ghellere, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Arlindo Mosé Cavalca, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.402. **Anote-se - Arquivo-se.**

409/2001: Do Poder Executivo, que autoriza a transformação do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM e do Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO, em unidades de execução programática da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.403. **Anote-se - Arquivo-se.**

185/2001: De autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a alterar os objetivos do Plano de Aplicação da Lei nº 13.030/2000 na parte que destinou recursos para o município de Morretes, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.404. **Anote-se - Arquivo-se.**

480/2001: De autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública o Posto de Assistência Chico Xavier, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.405. **Anote-se - Arquivo-se.**

465/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Escola Municipal de Educação Especial Tia Apolônia, com sede e foro no município de Rio Negro, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.406. **Anote-se - Arquivo-se.**

506/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Projeto Missionário Siloé, com sede no município de Tapejara e foro no município de Cruzeiro do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.407. **Anote-se - Arquivo-se.**

079/2001: De autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública a Central Cidadã - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, com sede e foro no município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.408. **Anote-se - Arquivo-se.**

142/2001: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe que as agências e os postos bancários estabelecidos no Estado ficam obrigados a emitir documentos em braile e a instalar equipamentos de informática adequados ao atendimento dos portadores de deficiência visual, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.409. **Anote-se - Arquivo-se.**

381/2001: De autoria do deputado Hermas Brandão, que dá nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.412. **Anote-se - Arquivo-se.**

592/2001: Do Poder Executivo, que aprova crédito especial no valor de R\$820.000,00 conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.413. **Anote-se - Arquivo-se.**

623/2001: Do Poder Executivo, que aprova ajuste orçamentário no valor de R\$1.640.000,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.414. **Anote-se - Arquivo-se.**

624/2001: Do Poder Executivo, que aprova ajuste orçamentário no valor de R\$2.500.000,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.415. **Anote-se - Arquivo-se.**

625/2001: Do Poder Executivo, que aprova ajuste orçamentário no valor de R\$459.000,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.416. **Anote-se - Arquivo-se.**

683/2001: Do Poder Executivo, que aprova ajuste orçamentário no valor de R\$600.000,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.417. **Anote-se - Arquivo-se.**

684/2001: Do Poder Executivo, que aprova ajuste orçamentário no valor de R\$1.813.452,00, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.418. **Anote-se - Arquivo-se.**

312/2001: De autoria do deputado Valdir Rossoni que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Sengés, o qual convertido em Lei tomou o nº 13.419. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/455/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 143/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/458/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 661/2001, do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/459/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 228/2001, de autoria do deputado Renato Gaúcho, por julgar a parte vetada inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/460/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 343/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/461/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 533/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/462/2001, do senhor governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 060/2001, da CPC Medicamentos, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/SEEG/016/2002, do senhor governador do Estado, comunicando seu afastamento do País, com destino a Rússia e Ucrânia, entre os dias 12 e 17 de janeiro de 2002, a fim de, atendendo convite de S. Exa. o presidente Fernando Henrique Cardoso, acompanhá-lo na viagem àqueles países. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/450 e 451/2001, do senhor governador do Estado, restituindo os Projetos de Lei nº 337/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário e nº 052/99 de autoria dos deputados Augustinho Zucchi, Carlos Simões e Irineu Colombo. **Ao conhecimento dos deputados interessados.**

Sob o nº CTL/SEEG/138/2002, do senhor governador do Estado, comunicando seu afastamento, com destino aos Estados Unidos, entre os próximos dias 07 e 15, a fim de, em Washington e Nova Iorque, atender assuntos de interesse do Estado, sendo que na primeira cidade a distinção de membro honorário do Boarding do novo Centro de Sustentabilidade de Crescimento Regional daquela Universidade. **Ao conhecimento da Casa.**

Propostas de Emenda à Constituição:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1º - Inclui no artigo 27 da Constituição Estadual o inciso XXIV e os parágrafos 1º e 2º, com as seguintes redações:

“Art. 27 -...

XXIV - a autorização para instituir, cindir e extinguir sociedade de economia mista ou empresa pública e para alienar ações que garantam o controle dessas entidades pelo Estado será aprovada mediante o voto favorável de três quintos dos membros da Assembleia Legislativa.

§ 1º - A lei que autorizar a alienação de ações de empresa concessionária ou permissionária de serviço público estabelecerá a exigência de cumprimento, pelo adquirente, de metas de qualidade de serviço e de atendimento aos objetivos sociais inspiradores da constituição da entidade.

§ 2º - A desestatização de empresa de propriedade do Estado prestadora de serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica ou de serviço de saneamento básico, autorizada nos termos deste inciso, será submetida a plebiscito”.

Art. 2º - Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK, WALDYR PUGLIESI, EDSON STRAPASSON, SERAFINA CARRILHO, FERNANDO GUIMARÃES, MARCOS ISFER, RENATO GAÚCHO, CEZAR SILVESTRI, HERMES FONSECA, NEREU MOURA, PASTOR EDSON PRACZYK, ALGACI TULIO, ORLANDO PESSUTI, ANTONIO ANIBELLI, AUGUSTINHO ZUCCHI, LUCIANA RAFAGNIN, ADEMIR BIER, NEIVO BERARDIN e JOSÉ MARIA FERREIRA.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Artigo Único - Fica inserido o inciso XX no artigo 87 da Constituição Estadual, que passará a ter a seguinte redação:

“XX - O Governo do Estado convocará plebiscito para alienação do controle acionário de empresas públicas de importância estratégica para o Estado nas áreas de energia, saúde, saneamento, transportes e finanças”.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Augustinho Zucchi, Ademir Bier, Ângelo Vanhoni, Eli Ghellere, Caíto Quintana, Algaci Tulio, Orlando Pessuti, Serafina Carrilho, Luiz Carlos Zuk, Waldyr Pugliesi, Neivo Beraldin, Fernando Guimarães, Renato Gaúcho, Luciana Rafagnin, Marcos Isfer, Edson Strapasson, Hermes Fonseca, Antonio Anibelli, Nereu Moura, Cezar Silvestri e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o desenvolvimento do Estado e a busca da justiça social em grande parte na nossa história ocorreram em função da presença ativa do setor público e como exemplo citamos a interiorização da nossa economia sendo financiado em parte por bancos públicos, bem como a energia, fator de desenvolvimento e integração das mais diversas regiões do Estado e a saúde, tendo o saneamento como mola mestra da melhoria da qualidade de vida, é que apresentamos esta Emenda como sentido de assegurar maior discussão e participação, sobretudo da população, razão primeira da existência do ente Estado.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1º - Acrescenta parágrafo ao artigo 147 da Constituição Estadual, renumerando seu parágrafo único como parágrafo 1º, conforme redação a seguir:

“§ 2º - É vedado ao Estado do Paraná a transferência, a qualquer título, de seu patrimônio, constituído por ações de empresa de geração, transmissão e distribuição

de energia elétrica para empresas controladas por capital privado”.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Duílio Genari, Nelson Garcia, Elio Rusch, Luiz Accorsi, Ricardo Maia, Miltinho Pupio, Hidekazu Takayama, Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Luiz Fernandes da Silva Litro, Fernando Ribas Carli, Edno Guimarães, Nelson Tureck, Carlos Simões, Cesar Seleme, Nelson Justus, Moysés Leônidas, Basílio Zanusso e Divanir Braz Palma.

JUSTIFICATIVA:

O governo do Estado do Paraná, que não se curvou ante as pressões do mercado para reduzir o preço da Copel, na defesa do patrimônio do Estado, e ante a retração dos investimentos internacionais e os novos rumos da política energética brasileira, recua quanto à intenção de privatizar a empresa paranaense que atua no setor.

A razão maior desta proposição fundamenta-se, pois, nas mudanças anunciadas há poucos dias, pelo governo federal, nas regras da política energética brasileira, consubstanciadas no seguinte:

I - adiamento por tempo indeterminado da abertura total do mercado para a competição entre empresas privadas e estatais de energia;

II - mudança na orientação que até agora vedava a aplicação de recursos do BNDES no setor energético.

Acrescente-se que também influíram na mudança de orientação do governo federal - e por via reflexa na mudança de orientação do governo estadual - os seguintes fatos:

I - as mudanças no cenário internacional, devidas principalmente ao monstruoso atentado ocorrido nos Estados Unidos, que provocou retração nos investimentos internacionais, não só no Brasil mas em todo o mundo;

II - quando à América do Sul, além do atentado nos Estados Unidos, outro fator contribuiu para afastar os investidores internacionais: a crise argentina.

O governo do Estado não se curvou ante a pressão do mercado que pleiteou a redução do preço da Copel.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 005/2002

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor José Neves Formighieri, ocorrido dia 03 do corrente nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 03 do corrente, nesta capital o senhor José Neves Formighieri, primeiro prefeito de Cascavel, aos 86 anos de idade.

Nascido em 05 de agosto de 1915, era natural de Passo Fundo-RS. Deixou viúva D. Juraci Maria de Almeida Formighieri, com quem se casou há 57 anos e teve cinco filhos, entre eles, o empresário José Marcos de Almeida Formighieri, Juraci Maria, João, Regina, Sandra e oito netos.

Esteve na região que hoje é Cascavel, pela primeira vez em 1946, mas nela radicou-se definitivamente em 1951. Chegou em companhia do pai Vergílio e do irmão Eurides, fixando-se numa fazenda que compraram no local chamado Centenário, na cabeceira do rio Jiquiri, distante 25 quilômetros de onde hoje está Cascavel.

Foi o primeiro prefeito de Cascavel, município recém emancipado de Foz do Iguaçu, cujo mandato foi de 1952 a 1956. Em 1956, José Neves Formighieri exerceu mandato legislativo, sendo eleito vereador, para, após concluída aquela gestão legislativa, retirar-se da linha de frente da política por vontade própria.

Isso não significa que tenha se omitido de atuar politicamente, tanto é que ajudou a eleger os prefeitos Otacílio Mion (seu cunhado) em 1960, que assumiria no lugar de Heuberto Schwartz, que o havia sucedido como segundo prefeito de Cascavel, e na eleição o Dr. Odilon Reinhardt, em 1964, que fora promotor de justiça.

Há cerca de uma década, José Neves Formighieri, morava com a esposa em Curitiba, sem, no entanto, perder os laços e vinculações com Cascavel.

Quando assumiu a prefeitura em 14 de dezembro de 1952, José Neves Formighieri, encontrou todas as dificuldades que se pode imaginar. Exemplo disso, foi o episódio que envolve a compra da primeira máquina da prefeitura, um trator destinado a abrir estradas. Sem recursos públicos José Neves Formighieri foi obrigado a comprá-lo através de crédito pessoal, pagando do próprio bolso, numa clara demonstração do seu espírito de homem público.

Como administrador municipal, José Neves Formighieri, estruturou o perímetro urbano, trabalhou na abertura de estradas, doou o terreno para a igreja, no local onde hoje está edificada a Catedral.

Com a visão de futuro, José Neves Formighieri estabeleceu as linhas de desenvolvimento de Cascavel, que então abrangia inúmeras outras comunidades numa vasta região, implantando o eixo viário que daria o perfil de crescimento da cidade. Elaborou um planejamento urbano para o crescimento ordenado, construindo o que seria a parte nova de Cascavel, cujas linhas a parte antiga acabou seguindo. Tratou de abrir as fronteiras do município e com isso abrindo comunicação por estrada com o Norte do Paraná. Construiu uma estrada saindo de Cascavel até o rio Piquiri.

Comarca - Outro feito importante de José Neves Formighieri, está relacionado à escolha de Cascavel para

ser sede de Comarca, numa disputa sem tréguas com Toledo.

A pedido de José Neves Formighieri, o então deputado estadual Antonio Anibelli, (nosso saudoso pai) apresentou uma lei nesse sentido na Assembléia Legislativa que foi aprovada e sancionada pelo governador da época, Bento Munhoz da Rocha, com quem Formighieri tinha um ótimo relacionamento, apesar de Bento Munhoz ter apoiado a candidatura de Tarquínio dos Santos. Assim, em 1954, na metade do seu mandato como prefeito, José Neves Formighieri, viu Cascavel ser elevada à condição de comarca.

José Neves Formighieri costumava dizer que cada um dos seus prefeitos teve papel fundamental para que a cidade de Cascavel chegasse a ser destaque no interior do Paraná.

No seu caso próprio, o fato lembrado até hoje de ele ter usado dinheiro do seu próprio bolso para comprar a primeira máquina da prefeitura, mais do que servir de modelo a qualquer homem público, é uma entre tantas outras demonstrações de sua contribuição para que o município fosse alcançado à condição de referência estadual em desenvolvimento sócio-econômico.

O passamento do senhor José Neves Formighieri veio abrir lacuna difícil de ser preenchida, entre seus familiares e amigos.

Sua família, a família que adorava despediu-se do amigo com lágrimas nos olhos, dizendo que pode repousar tranqüilo junto a Deus, pois todos saberão honrar seu nome e cultivar sua memória.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Formighieri, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 007

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar, pelo falecimento do jornalista Carlos Roberto Tavares (Charles), ocorrido em 05/02/2002, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada, bem como ao doutor Paulo Pimentel, presidente do Grupo Paulo Pimentel.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com apenas 47 anos de idade faleceu, em 05/02/2002, o jornalista Carlos Roberto Tavares, "Charles" como era carinhosamente chamado.

Deixou viúva a senhora Leila Gazal Tavares e os filhos Diogo, Rodrigo e Fernanda.

Carlos Roberto, filho de Valdivino Tavares de Mello e Aparecida dos Santos Mello, nasceu em Alto Paraná, Noroeste do Estado, em 27 de maio de 1954. Profissional dedicado e competente, pois de seus 47 anos de vida, quase trinta foram dedicados à Editora O Estado do Paraná.

Atualmente era diretor de Redação do jornal Tribuna do Paraná. Com extraordinária capacidade de trabalho e muito organizado, Charles acumulou a direção de redação de dois jornais: O Estado/Tribuna do Paraná, durante 7 anos (1990 a 1997), quando passou a dirigir apenas a Tribuna.

O passamento de Carlos Roberto Tavares veio abrir enorme lacuna no seio da família, assim como de seus inúmeros amigos e colegas.

Por ser um apaixonado pela profissão que abraçou, seu expediente sempre ultrapassava dez horas de exercício e criatividade. Para melhor ainda desempenhar sua função, deixou uma promissora carreira de jogador de futebol.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e a trabalho.

Descanse, pois, amigo Charles. Nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido descanso.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Tavares endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 009

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de profundo pesar, pelo falecimento do doutor Joaquim Néia de Oliveira, ocorrido dia 24 de janeiro na cidade de Londrina.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Joaquim Néia de Oliveira, faleceu dia 24.01.2002, no Hospital do Câncer em Londrina, aos 74 anos de idade.

Filho de Francisco Pedro de Oliveira e de dona Malvina Néia. Joaquim Néia de Oliveira nasceu em 30 de março de 1927 em Ribeirão Claro-PR, onde fez os estudos primários. Por seu próprio esforço, aliado à grande força de vontade, cultivou seu espírito, adquirindo os necessários conhecimentos que o tornaram um homem

público de valor. Porém, mais tarde, já integrado na vida política do Estado, resolveu estudar Direito. Pensar e executar, foi obra de cinco anos de dedicação ao trabalho e ao estudo concomitantemente, e ao término do ano de 1964 colou grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Exerceu com brilho o cargo de prefeito municipal de sua cidade. Eleito deputado Estadual, a partir de 1955, foi 2º vice-presidente; 1º e 2º secretário da Comissão Executiva. Participou das Comissões de: Especial de Reforma à Constituição; de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e da Comissão de Redação.

Teve seu mandato renovado em outras legislaturas, Assessorou o secretário da Educação e foi diretor geral da Secretaria de Justiça do Estado.

O passamento do doutor Joaquim Néia de Oliveira, veio abrir lacuna difícil de ser preenchida, entre seus familiares e amigos.

Sua família, a família que adorava despediu-se do amigo com lágrimas nos olhos, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

Um amigo é o dom mais precioso que possuímos e agora, mais do que nunca, o sentimos.

Aceite pois, dileto amigo nossas despedidas como-vidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido descanso.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Néia de Oliveira, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 010

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de profundo pesar, pelo falecimento do doutor Felipe Aristides Simão, ocorrido dia 28 de dezembro/2001, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, nesta Capital aos 84 anos de idade, o doutor Felipe Aristides Simão, que deixou viúva dona Leana Macuco Simão, e ainda três filhos e netos.

Seu passamento veio abrir uma lacuna difícil de ser preenchida entre seus parentes e amigos.

Felipe Aristides Simão era engenheiro químico. Expedicionário.

Em sua vida pública foi secretário de Estado e conselheiro do Tribunal de Contas.

Como político, foi vereador por Curitiba em 1956, e reeleito nos períodos seguintes até 1964. Foi Presidente da Câmara Municipal.

Pertencia a tradicional família paranaense. Filho de Antonio Simão e dona Maria Simão.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Nunca se acovardou ante o perigo, nunca às injúrias do medo, nunca tergiversou com o dever e nunca duvidou da justiça. Aqui permaneceremos fiéis à sua memória e seus exemplos. Suas lições hão de continuar a ser a nossa bússola na luta pelo bem-estar de nossa gente.

Sua coragem, lealdade e prudência, nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Simão, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 011

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar, pelo assassinato do deputado Tiago Amorim Novaes, na noite de 18 de dezembro, na cidade de Cascavel.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Fomos todos surpreendidos com o bárbaro assassinato do nosso companheiro, deputado Tiago Amorim Novaes, na noite do dia 18 de dezembro, na cidade de Cascavel.

Ainda abalado com a morte de sua mãe, Aldinha Porto Novaes, também falecida recentemente, o deputado fazia questão de participar diretamente de todos os trabalhos desta Casa.

Tiago Amorim Novaes, nasceu em 1º de dezembro de 1968, na cidade de Toledo. Era filho de Jairo de Amorim Novaes e Aldinha Porto Novaes, ambos já falecidos.

Sua carreira política iniciou em 1996, elegendo-se vereador por Cascavel, com 2.742 votos. Em 1998, conquistou uma cadeira na Assembléia Legislativa com 43.347 votos.

Tombou mais um lutador.

A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fortes nem fracos.

Por isso caíste, prezado amigo Tiago. Levaste contigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever. Nunca te

acovardaste ante o perigo, nunca cedeste às injunções do medo, nunca tergiversaste com o dever, nunca duvidaste do trabalho honrado. Grande para nós foi a sua perda. Permaneceremos porém, fiéis à tua memória, e teus exemplos que hão de continuar a ser a nossa bússola na luta pelo bem-estar de nossa terra.

Lá onde estás, pode ter certeza de que saberemos ser teus continuadores na luta pelo ideal. Tua lealdade, tua prudência nunca destemida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que te devemos.

REQUERIMENTO Nº 013

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de profundo pesar, pelo falecimento do doutor Antero Sadi Pizzatto, ocorrido em 22 de janeiro de 2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 87 anos de idade faleceu o médico Antero Sadi Pizzatto, fundador do Hospital Erasto Gaertner e da Liga Paranaense de Combate ao Câncer. Deixou viúva Dona Edite Kastrup Pizzatto.

O doutor Sadi Pizzatto foi o primeiro radioterapeuta do Paraná e um dos principais cancerologistas do Estado.

O doutor Antero Sadi Pizzatto ocupou durante quase 15 anos o cargo de diretor do Hospital Erasto Gaertner, passando a presidir o Conselho Diretor da Liga Paranaense de Combate ao Câncer, permanecendo até meados de 1998.

Seus dois filhos: Luiz Pedro e Raul também se tornaram médicos oncologistas, trabalhando hoje no Hospital Erasto Gaertner.

O passamento do doutor Antero Sadi Pizzatto deixou lacuna difícil de ser preenchida, não apenas entre os familiares, amigos mas, principalmente ao Hospital Erasto Gaertner, onde teve sua vida intimamente ligada ao trabalho desenvolvido com dedicação, carinho e muita garra. Foi um exemplo de profissional, prestando eficiente colaboração tendo sempre uma decisiva participação junto ao Hospital Erasto Gaertner.

O destino roubou-o ao convívio de seu entes queridos, de seus amigos e de seus pacientes. Resta-nos todavia um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Aceite, pois dileto amigo, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso. Descanse em paz, pois sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca des-

temidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Pizzatto, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 014

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do ex-deputado Renato Lourdes Bueno, ocorrido dia 24 de janeiro corrente, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, nesta Capital, no último dia 24, o ex-deputado Renato Loures Bueno, com 77 anos de idade.

Deixou viúva dona Maria Regina da Rocha Loures Bueno.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este parlamentar.

Renato Lourdes Bueno era filho de Anísio Ribas Bueno e Dona Aurora Alves Bueno. (Tradicional família paranaense).

Renato Bueno realizou seus estudos primários nas cidades de Palmas, Morretes e Curitiba, nos grupos escolares: General Carneiro, Rocha Pombo e Dezenove de Dezembro, respectivamente. O secundário, no colégio Novo Ateneu. cursou a Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná nos anos de 1946 a 1948. Na Faculdade de Ciências Médicas do Rio, diplomou-se médico em 1951 e Contador pela Escola de Contabilidade anexa à Universidade do Paraná e Organização Hospitalar e Cirurgia. Estes dois últimos cursos foram realizados em hospitais do Rio de Janeiro e de Niterói, Estado do Rio.

Foi diretor do Tiro de Guerra de Londrina, PR, médico do Senai; vereador e 1º secretário da Câmara Municipal dessa cidade; vice-presidente das Associações Rurais do Paraná; membro do Conselho Fiscal "Codepar"; secretário da Associação Paranaense de Municípios e deputado estadual em 4 Legislaturas, e uma pela Câmara Federal.

No desempenho desse cargo, relatou o primeiro Orçamento do governador Ney Braga, apresentando à Assembléia Legislativa, e igualmente o do governador Paulo Pimentel. Participou das Comissões de Finanças e Orçamento; Tomada de Contas; Saúde Pública; Terra, Colonização e Imigração, Instrução Pública.

Colaborou no jornal Tiro de Guerra, sobre medicina.

Foi juiz substituto do Tribunal de Contas do Paraná; médico-chefe do 10º Distrito sanitário, secretário municipal de Saúde e Assistência Social, diretor do Centro de Pesquisas Médicas e do Serviço de Prevenção ao Câncer Ginecológico, todos cargos desempenhados em Cascavel-PR.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Lá onde está poderá ter a certeza de que saberemos ser seus continuadores na luta pelo ideal da população.

Nunca se acovardou ante o perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tergiversou com o dever, nunca duvidou da justiça. Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Descanse em paz, valente lutador, na certeza de que deixou em cada habitante desta terra um admirador e um amigo.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná tem o dever de, através deste parlamentar, associar-se à dor que abalou a família Loures Bueno endereçando a ela, votos de profundo pesar rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 017

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do padre Sante Capriotti, ocorrido dia 17.02.2002, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital aos 71 anos de idade, o Padre Sante Capriotti, pároco há 16 anos da Igreja Nossa Senhorade Lourdes, no Jardim Botânico.

O Padre Capriotti pertencia à Congregação dos Padres Estigmatinos. Era filho de José Capriotti e Eliza Capriotti. Nasceu na cidade de Sorocaba-SP, em 1931.

Venerável pastor, rendemos a nossa homenagem, o nosso respeito e amor filial àquele que dedicou parte de sua existência à nossa cidade de Curitiba onde sempre foi o conselheiro, o amigo de todas as horas que gozava de grande estima por parte de todos os seus paroquianos.

O tempo que tudo embota, não conseguiu, todavia, apagar a saudade que habita em todos depois que nos deixou para uma vida melhor junto a Deus.

Seu viver de grandes exemplos deixou em nossos corações, uma lembrança imorredoura.

Padre Capriotti passou como o divino Mestre, sobre a terra fazendo o bem. O amor que dedicava ao sagrado mistério criou em torno de sua frente um aura de prestígio que o tempo não apagará jamais.

Foi sempre o pastor dedicado e amoroso, que não conheceu descanso nem repouso, enquanto soube que ali havia uma ovelha necessitando de seu amparo quer espiritual, quer material.

Nada o detinha no cumprimento do dever. Sacrificava o seu bem-estar, pelo bem estar dos outros, e isso com um desinteresse apostólico, elevado ao nível de sacrifício.

Lá junto a Deus, onde está, continue a interceder para que a sua proteção vele sempre por nós.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a todos os familiares do padre Sante Capriotti, endereçando a eles votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 027

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar, pelo falecimento do coronel Brasília Marques dos Santos Sobrinho, ocorrido dia 06/02/2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 84 anos de idade, faleceu o Cel. Brasília Marques dos Santos Sobrinho, que era viúvo de Florzinha Marques dos Santos.

Era filho do capitão Leônidas Marques e de dona Maria Mercês Moura dos Santos.

Brasília Marques passou pelo Colégio Militar do Rio de Janeiro exercendo diversas funções como militar. Foi ainda superintendente da Rede Ferroviária (64a66). Promoveu a pacificação nas áreas rurais em todo o Estado, dando solução justa e humana aos problemas de litígio de terras, principalmente nas regiões Oeste e Sudoeste.

O passamento de Brasília Marques veio abrir lacuna difícil de ser preenchida, entre seus parentes e amigos.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos e de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, ao trabalho, aos colegas e amigos. Nunca se acovardou ante o perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tergiversou com o dever, nunca duvidou da justiça.

Permaneceremos, porém, fiéis a sua memória e seus exemplos. Suas lições hão de continuar a ser a nossa bússola na luta pelo bem-estar de nossa gente.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca destemidas são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa, pois, valente lutador.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Marques dos Santos, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 028

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de profundo pesar pelo falecimento do deputado federal Nelson Marchesan ocorrido dia 12 de fevereiro de 2002.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, dia 12.02 o deputado federal o Rio Grande do Sul, Nelson Marchesan, com 63 anos de idade. Era natural de Santa Maria, advogado, pecuarista, deixou viúva e 05 filhos. Exercia o quinto mandato federal. Elegeu-se vereador pelo Partido Democrático Cristão em 1960, aos 21 anos em Santa Maria. Dois anos depois, tornou-se deputado estadual. Em 1966, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), continuando em sucessivas eleições a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa do Rio grande do Sul, até 1974, quando foi eleito deputado federal pela primeira vez, mantendo-se até sua morte.

A lei inexorável da vida nos impõe, em determinado momento a perda de um amigo. Neste instante conhecido, porém absolutamente negado, somos levados ao mais profundo desgosto e tristeza. Nada, nem mesmo a fé e crenças religiosas, para mitigar a dor que se abate a alma e o coração.

Quem, com as suas qualidades de líder, para substituí-lo?

Permaneceremos, porém, fiéis à sua memória; seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser nossa bússola na luta pelo bem-estar de nossa gente e de nossa terra.

Lá onde está, pode ter a certeza de que saberemos seus continuadores na luta pelo ideal. Repousa, pois, valente lutador.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Marquezan, endereçando a ela,

votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 029

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar, pelo falecimento do senhor Sale Wolokita, ocorrido dia 15 de fevereiro de 2002, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 68 anos de idade, faleceu nesta Capital dia 15.02.2002, o ator de cinema e teatro, diretor de peças teatrais, apresentador de telejornal e radialista, Sale Wolokita.

O passamento de Sale Wolokita veio entristecer profundamente amigos, colegas comunicadores, personalidades ligadas ao mundo artístico, enfim, a população paranaense, pela sua brilhante atuação e pelo muito que fez em prol de nossa cultura.

Wolokita nasceu no tradicional bairro do Portão e estreou como ator antes dos 10 anos de idade, 1942, num grupo amado do Centro Israelita. Se destacou na peça Tio Vania, e dirigiu “O Patinho Feio”. Foi superintendente do teatro Guaíra. Na sua gestão de 1973 a 1975, o teatro foi inaugurado. No cinema participou de produções de Silvio Back, como “Aleluia, Gretchen” e “A Guerra dos Pelados”.

Além da arte atuou no jornalismo. Foi diretor da Rádio e Televisão Educativa no início dos anos 90. Antes disso, ficou famoso na década de 70 apresentando, diariamente “O Jornal da Cidade”, na TV Iguaçu, pois o telespectador esperava ansioso pelo momento em que ele apontava para a câmera e dizia “Vai prá Tribuna”.

Nos anos 70, Wolokita foi candidato a vereador pela Arena; coordenador estadual do Mobral, foi também candidato a vice-governador e 1994 pelo PL, e arriscou novamente a Câmara em 2000. Atualmente continuava trabalhando como diretor de teatro e suas peças mais recentes foram Meno Male e Uma Família quase Perfeita. Também apresentava um programa de leilões numa TV por assinatura.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana: viver, lutar e morrer.

Fique certo, amigo dileto, de que sua memória ficará viva em nosso coração e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Descanse pois, amigo Sale Wolokita na certeza de que deixou em cada habitante desta terra um admirador e um amigo.

REQUERIMENTO Nº 030

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar, pelo falecimento do engenheiro civil Luiz Afonso Leal Hauer, ocorrido dia 13 de fevereiro de 2002.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, 19.02.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 44 anos de idade, faleceu o engenheiro civil Luiz Afonso Leal Hauer, ocorrido dia 13 de fevereiro.

Era filho do advogado, era um dos sócios fundadores da Hauer Construções Cíveis.

Deixa viúva dona Cecília Coelho Hauer e dois filhos menores.

O passamento do engenheiro Luiz Afonso Leal Hauer veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Um amigo é o dom mais precioso que Deus nos pode apresentar. E agora, mais do que nunca o sentimos.

Descanse, pois, amigo Luiz Afonso, na certeza de que deixou em cada habitante desta terra um admirador e um amigo.

Fique certo, amigo dileto, de que sua memória ficará viva em nossos corações e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Leal Hauer, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 031

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar, pelo falecimento da senhora Alice Araújo Leoni, ocorrido dia 15 de fevereiro de 2002 na cidade da Lapa.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, 19.02.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu dia 15/02 na cidade da Lapa, a senhora Alice Araújo Leoni, que contava 90 anos de idade. Era viúva do ex-prefeito municipal, doutor Pedro Passos

Leoni e deixou três filhos, 9 netos e 8 bisnetos. Entre os filhos o doutor Sérgio Augusto Leoni, atual vereador e ex-prefeito da Lapa por 3 mandatos.

O passamento da senhora Alice veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, entre as quais este deputado.

O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e aos seus afazeres.

Dona Alice Araújo Leoni, era pessoa muito estimada pela população lapeana que chora sua falta.

Rogamos ao Todo-Poderoso para que os familiares, amigos e conhecidos de dona Alice saibam encontrar na fé e na esperança o conforto nesta hora tão difícil, pois, acreditamos que a morte é a passagem do nosso ser, de um corpo perecível para um corpo marcado com o selo da imortalidade.

Sua família, a família que adorava, despediu-se em lágrimas, dizendo que pode repousar tranqüila, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Araújo Leoni, endereçando a ela votos de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 032

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de pesar à família da senhora Miriam Marcila Marques, falecida no dia 19 de janeiro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, 19.02.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 033

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de pesar à família do senhor André Ricardo da Silva, falecido no dia 27 de dezembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, 19.02.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 059

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do senhor Sale Wolokita, falecido nesta Capital.

Sala das Sessões, 19.02.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa Capital, em data de 15 de fevereiro de 2002, o senhor Sale Wolokita.

Com 67 anos, Sale Wolokita era homem de comunicação. Além de rádios, por onde passou, em diversas emissoras da nossa Capital, ele também foi diretor da TV Educativa, tendo antes disso sido apresentador na TV Iguaçu - Canal 4, onde tinha um programa de grande audiência e conhecido em toda a cidade, através do bordão "Vai prá Tribuna".

Crítico e preocupado com a sociedade em que vivia, Sale Wolokita concorreu nas eleições estaduais de 1994, como candidato ao cargo de vice-governador pelo Partido PL, porém se notabilizou por outras duas atividades na área cultural, à qual tinha sempre maior dedicação e empenho. Foi ator e diretor de teatro, tendo também ocupado a direção do Teatro Guaíra e em sua gestão o Teatro foi inaugurado. Naquele teatro fundou posteriormente a Escola de Artes Dramáticas do Paraná.

O nosso Estado perdeu uma de suas pessoas mais brilhantes. Fica, não só no espaço cultural, mas em todo o Paraná e mais especialmente nas pessoas que com Sale Wolokita conviviam, uma lacuna impossível de preencher. À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 060

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, a V. Exa. a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de pesar pelo falecimento, em data de ontem, nesta Capital, do padre Sante Capriotti, pároco do santuário de Nossa Senhora de Lourdes, localizado no Jardim Botânico.

A justificativa em anexo traduz a vida de dedicação, abnegação e amor ao próximo da figura exemplar do padre Sante Capriotti e que o tornam merecedor desta homenagem póstuma - na forma deste requerimento - do Poder Legislativo do Paraná.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao senhor arcebispo metropolitano, Dom Pedro Fedalto, a Congregação dos Estigmatistas na pessoa do senhor bispo auxiliar, D. Moacir Vitti e ao santuário de Nossa Senhora de Lourdes - Jardim Botânico.

Sala das Sessões, 19.02.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

"Meus arreios, são as armas,
Meu descanso, o pelejar,
Minha cama, as duras penas,
Meu dormir, sempre velar!"

Esta quadra traduz bem a vida de soldado, destemido, diligente, empreendedor e audaz que foi a vivida pelo padre Sante Capriotti, que ontem depôs suas armas e

deixou seu posto aqui na terra ao entregar sua vida nas mãos de Deus.

No nosso trabalho, de comunicador e homem público, há muitos anos acompanhamos o pelejar desse homem extraordinário e não foram poucas as vezes que nossos caminhos se cruzam em prol de objetivos comuns.

A vida tem dessas coisas! Surpresas que nos levam a refletir sobre a vida e o próprio mundo. Um acidente quase caseiro - rompimento do cabo de aço de um pequeno elevador que servia ao padre Capriotti no Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, tirou a vida. Hoje, após participar da missa de corpo presente - celebrada por D. Pedro Fedalto e outros bispos e padres - com a presença de uma verdadeira multidão de amigos e admiradores do padre Capriotti, refletindo sobre sua vida e obra, me dispus a trazer a esta Casa um pouco da história desse homem público, que sem ter mandato, muito fez em prol da comunidade.

Pertencendo à Congregação dos Estigmatistas, o padre Capriotti saiu de Campinas - sua terra natal - há 16 anos com uma missão para cumprir em Curitiba: construir o Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, obra que há anos se arrasta. Mas voltemos um pouco no tempo e na vida de Sante Capriotti: jovem empresário de sucesso, foi, pelo seu dinamismo, diretor da FIESP. Empreendedor, construiu belo patrimônio em São Paulo. Era um carnavalesco conhecido e reconhecido. Amava o Carnaval. Era noivo e tudo parecia se encaminhar para fazer dele um pai de família. Mas, contam que sempre foi também muito religioso e um padre amigo o aconselhou a dedicar sua vida a Deus. Deixou sua empresa, a família, a noiva e entrou para o seminário, já homem feito. Dizem que também sua noiva entrou para um convento.

Dentro de sua congregação logo tornou-se respeitado pelo seu tino administrativo de empreendedor nato. E muitas foram as missões cumpridas pelo padre Capriotti, entre elas a conclusão do Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, localizado no Jardim Botânico. O padre Capriotti aqui chegou e logo conseguiu vencer o desafio, construindo o Santuário. Mas não se limitou a esse trabalho. Sua obra foi além. Conseguiu dinamizar a ação de sua paróquia em vários pontos. Como na catequese, grupos de orações, seminaristas, cursilho - diretor desse por muito tempo - formou o Grupo Escoteiro São Gaspar Bertoni - nome do fundador dos Estigmatistas.

Construiu, construiu sempre. Por onde passou construiu pessoas e obras. Participou ativamente da campanha para mudança do nome do bairro Capanema para Jardim Botânico. levou a feirinha de produtos naturais para a praça da igreja.

Sua personalidade forte - não mandava recado, dizia o que tinha de ser dito sempre de frente - fazia com que nem sempre fosse compreendido e muitas eram as críticas que recebia. Mas, brincando, falando a verdade, estava sempre sendo útil, sempre construindo e ajudando os carentes e necessitados. Todavia, isso não impediu que, há já alguns anos, fosse vítima da violência. Assal-

tantes invadiram a Casa Paroquial onde morava e o fizeram refém durante algumas horas e o deixaram desacordado pelas muitas coronhadas desferidas em sua cabeça. Depois disso foi ele acometido de problemas de saúde, inclusive a diabetes intensificou-se e agora - com o acidente que aconteceu há um mês, dificultou sua recuperação.

Padre Sante Capriotti, soldado de Cristo, respeitado por onde andou: Brasil, Chile e tantos outros lugares, depois de tantas pelejas vitoriosas e que tanto bem trouxeram para tantos, entrega suas armas para que outros possam continuar sua missão de construir e realizar. Com certeza sua missão, doravante, será menos penosa e sua gratificação será a certeza de ter cumprido o seu dever, deixando o exemplo de dignidade, bondade e luta a ser seguido e uma vida onde o Amor falou mais alto mostrando que, o amor a Deus e ao próximo é a melhor arma e o melhor instrumento, para o combate e a construção do mundo.

Nestas palavras e neste requerimento a nossa homenagem ao padre Sante Capriotti,

REQUERIMENTO Nº 061

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do senhor Carlos Roberto Tavares - o "Charles" do Jornal Tribuna do Paraná, falecido nesta Capital.

Sala das Sessões, 19.02.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em nossa Capital, na semana anterior, Carlos Roberto Tavares, filho de Valvidino Tavares de Mello e Aparecida dos Santos Mello.

Morreu antes de completar seus 48 anos e dos seus 47 anos vividos, dedicou quase 30 à Editora O Estado do Paraná. De contínuo a diretor, nunca faltou um só dia de trabalho, pois tinha tanto amor à sua profissão que interrompeu uma promissora carreira de jogador de futebol para dedicar-se a ela e passava horas a fio na redação, com dedicação extrema. Charles, como todos o conheciam e como ele próprio se identificava deixou a diagramação para assumir a direção da Tribuna do Paraná em junho de 1987 e o jornal nunca deixou de ser vitorioso sob a sua batuta e de 1990 a 1997 acumulou a direção de redação dos dois jornais (Tribuna do Paraná e O Estado do Paraná).

Conhecedor das artes gráficas deu cara nova ao jornal e implantou uma linguagem mais próxima do leitor. E de lealdade extrema nunca faltou com o melhor da sua inteligência e dedicação. Deu o melhor de si, através da imprensa, ao nosso Estado e sua população.

O nosso Estado perdeu uma de suas pessoas mais brilhantes - fica, não só no espaço de imprensa, mas em

todo o Paraná e mais especialmente nas pessoas que como Charles conviviam, uma lacuna impossível de preencher. À família enlutada (Jornal Tribuna do Paraná - R. João Tschannel, 800 - Jardim Mercês - Curitiba/PR) os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 066

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Júlio Motta, pai do deputado Luiz Accorsi, ocorrido em 1º de fevereiro do corrente, nesta Capital.

Era pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, 19.02.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 084

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família da Zanotteli, em decorrência do falecimento do senhor Aquiles Zanotteli, ocorrido no dia 21 de janeiro de 2002.

Sala das Sessões, 19.02.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 0086

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família Formighieri, em decorrência do falecimento do senhor José Neves Formighieri, ocorrido no dia 03 de fevereiro de 2002.

Primeiro prefeito de Cascavel, José Neves Formighieri tinha 86 anos e era casado com D. Juraci Maria de Almeida Formighieri há 57 anos com a qual teve cinco filhos, José Marcos de Almeida Formighieri, empresário, Juraci Maria, João, Regina e Sandra.

No exercício do mandato, que foi de 1952 a 1956, José Neves encontrou várias dificuldades. Um exemplo disso é o episódio em que comprou um trator, destinado a abrir estradas, com seus próprios recursos, visto que não disponibilizava de recursos públicos. Esta foi uma clara demonstração do seu espírito de homem público.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ELI GHELLERE

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica a Comissão Executiva da Casa, a aumentar os vencimentos dos funcionários, inclusive inativos e pensionistas em R\$100,00 (cem reais) mensais.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor a partir de 1º de março de 2002.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 19.02.2002.
(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ademir Bier.

JUSTIFICATIVA:

O Exmo. Sr. Governador do Estado está determinando a concessão do mesmo percentual ao funcionalismo do Poder Executivo.

Nada mais reconfortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé nos servidores desta Casa, os quais são capazes de encarar o futuro com aquela invencível confiança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados a este Poder.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e mulheres que dão a vida à nossa Assembléia Legislativa, puderam testar com sucesso a capacidade de resolver os problemas e os desafios colocados por uma permanente transparência nos serviços.

Estamos certos que o trabalho será melhorado gradativamente para ampliar com sucesso a ordem legislativa.

Esperamos o apoio e a aprovação deste projeto de resolução, por todos os colegas parlamentares.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 002/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Prêmio, do Mérito Universitário Paranaense, a ser concedido a estudantes de instituições de ensino superior estabelecidos no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Prêmio de que trata a presente lei consistirá do valor correspondente a passagens, diárias e ajuda de custo para a cobertura de despesas com a participação em exposições e feiras nacionais e internacionais.

Art. 3º - Farão jus ao prêmio os alunos escolhidos anualmente, através de processo seletivo em que se avaliará:

I - a qualificação do estudante;

II - a adequação do programa à complementação do aprendizado curricular;

III - a importância do evento para o contexto econômico, científico e tecnológico do Estado.

§ 1º - Poderão participar do processo seletivo a que alude este artigo os estudantes de graduação que satisfizerem às seguintes condições:

I - estarem matriculados na segunda metade dos seus cursos;

II - alcançarem excelente desempenho acadêmico;

III - terem sido escolhidos em processo interno a que se refere o § 3º deste artigo.

§ 2º - Até 30 de agosto de cada ano, as instituições escolares previstas no artigo 1º encaminharão a relação dos estudantes que preencham as condições do parágrafo anterior sendo, no máximo, duas inscrições por custo relacionado a cada evento.

§ 3º - A Instituição que desejar inscrever candidatos deverá promover concursos internos de ampla divulgação para a escolha dos mesmos.

Art. 4º A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior elaborará o calendário anual de eventos para os fins previstos nesta lei, até 30 de junho de cada ano, correspondente ao exercício seguinte:

§ 1º - A divulgação será realizada por edital publicado no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Os eventos constantes do calendário serão aqueles considerados relevantes para a economia paranaense com destaque para os de natureza industrial e agrícola.

Art. 5º - Os estudantes contemplados na forma da presente lei apresentarão relatório escrito e consubstanciado do evento e, ainda, participarão de seminário público promovido pela instituição em que estiveram matriculados, para a divulgação dos resultados.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta dos recursos do Orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Art. 7º - O julgamento final, a cargo de uma comissão designada pela secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ocorrerá até 30 de outubro de cada ano e deverá ser homologada por Ato do senhor Governador do Estado.

Art. 8º - O Poder Executivo, através da secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, deverá encarregar-se dos atos necessários à execução da presente lei.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não só de pão material vive o homem, mas por igual do pão e do espírito.

Um povo não se faz admirar, apenas pela sua força bruta, mas sobretudo, pelas criações do espírito.

Cultivar o ensino superior é trabalho pela grandeza e pela glória de uma nação.

Cultivar a literatura é fugir às condições terrenas, para se alcandorar nas regiões do espírito.

E qual o meio propício de fazer com que os estudantes comunguem nesse desejo, que é o inato do homem, de cultivar a cultura e de libertar-se das coisas materiais, se não o incentivo?

“Incentivar estudos é fechar prisões”.

Eis que o nosso coração se enche de júbilo ao ensejo da relação deste plano de lei.

Bem hajam aqueles que não poupam esforços para proporcionar aos alunos desta bendita terra o pão do saber.

O homem moderno não dispensa os conhecimentos que só a escola ministra. E não só os conhecimentos como a educação que ela proporciona.

Não há, porém, como triunfar na batalha da educação, o estímulo direto ao estudante.

Não há democracia sem cultura. Não há modernização sem educação. Não há equidade social sem cultura. Não há sequer desenvolvimento econômico sustentado sem estímulo à educação, pois a solidez, a previsibilidade e credibilidade da ordem da educação são os sustentáculos maior da confiança nas instituições de ensino do Paraná.

Esperamos o apoio de todos os colegas deputados para a aprovação deste projeto de lei que institui o Prêmio Mérito Universitário Paranaense a ser concedido aos nossos estudantes de instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 003/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite de Santa Salete - Aproleite, com sede e foro no município de Manoel Ribas-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores de Leite da Santa Salete - Aproleite, constitui uma entidade civil sem fins lucrativos, políticos ou religiosos.

A referida Associação vem desenvolvendo ações de relevante teor social, tais como: atividades recreativas, sociais, esportivas, palestras educativas sobre os mais variados temas de interesse da comunidade especificamente na área rural onde desenvolve custos de aprimoramento ao homem do campo entre outros.

Todas estas realizações promovem a melhoria da qualidade de vida da população atendida, evitando desta forma a potencialização de vários problemas sociais.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 004/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Vista da Aparecida-PR, com sede na cidade de Boa Vista da Aparecida e foro em Capitão Leônidas Marques.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos excepcionais de Boa Vista da Aparecida-PR, pessoa jurídica de direito privado, com CGC nº 01074438/0001-87, devidamente registrada no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Capitão Leônidas Marques, sob nº 050, Livro A-01, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo atender crianças especiais com diversos níveis de deficiência mental ou física visando seu desenvolvimento biopsico-social.

A APAE de Boa Vista da Aparecida mantém a Escola de Educação Especial de Bom Jesus aonde são atendidas crianças, adolescentes e adultos, portadores de deficiência mental e/ou deficiências múltiplas a elas associadas que recebem atendimento médico e odontológico além de atendimento terapêutico.

Outrossim, a mencionada associação preenche todos os requisitos legais para ser declarada de Utilidade Pública, como se pode observar da inclusa documentação.

Contamos, pois, com o apoio de todos os nobres pares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei, que objetiva facilitar os trabalhos da referida associação na busca de recursos para a construção de sua sede própria e diversificação dos programas de atendimento aos seus associados.

PROJETO DE LEI Nº 005/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manoel Ribas, com sede e foro no município de Manoel Ribas-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Manoel Ribas-PR, constitui uma entidade civil sem fins lucrativos, políticos ou religiosos.

O referido Sindicato vem desenvolvendo ações de relevante teor social, tais como: atividades recreativas, sociais, esportivas, palestras educativas sobre os mais variados temas de interesse da comunidade, bem como o atendimento médico e odontológico, acompanhamento de processos de aposentadoria, homologações trabalhistas e recadastramentos do Imposto Territorial Rural.

Todas estas realizações promovem a melhoria da qualidade de vida da população atendida, contribuindo de forma significativa para permanência do homem no campo, evitando desta forma a potencialização de vários problemas sociais, como por exemplo o êxodo rural.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 006/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada municipal que liga a sede do município de Bom Sucesso do Sul à PR-566, na altura do trecho que liga Itapejara D'Oeste a Francisco Beltrão -PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela objetiva a estadualização do trecho que liga a sede do município de Bom Sucesso do Sul à PR-566, na altura do trecho que liga Francisco Beltrão a Itapejara D'Oeste.

A estrada acima descrita totaliza 17 km e 350 m, dos quais 10 km e 300 m já estão revestidos com poliedro (pedra irregular), restando apenas 10 km e 300 m de chão batido. Vale destacar que na divisa de Bom Sucesso do

Sul com Francisco Beltrão, já existe uma ponte de concreto sobre o Rio Santana com aproximadamente 63 m de extensão e que a mesma está em bom estado de conservação.

A importância desta estrada para o município de Bom Sucesso do Sul e para a região Sudoeste é indiscutível. A estrada passa por seis (06) comunidades, quais sejam, a de Santo Expedito, Sagrada Família, Mundo Novo, Rancho Alegre, Gruta Nossa Senhora de Lourdes e São Roque, além do distrito de Jacaré.

A estadualização da estrada e a consequente melhoria nas suas condições de tráfego, possibilitarão que as referidas comunidades sejam atendidas por transporte coletivo, já que a linha Pato Branco - Francisco Beltrão poderá ser feita via Bom Sucesso e Distrito de Jacaré, diminuindo em mais de 30 km a distância entre as maiores cidades da região.

O encurtamento da distância deve-se ao fato de a estrada em tela ser um caminho naturalmente menor entre a PR-493, (trecho entre Itapejara e Pato Branco), e a PR-566 (trecho entre Itapejara e Francisco Beltrão) passando pela PR-918, que dá acesso a Bom Sucesso do Sul (ver mapa em anexo).

A par de todas estas considerações, vale ainda destacar que a estadualização será decisiva para o desenvolvimento turístico da região, já que ao longo dela estão localizados dois pólos turísticos religiosos de grande importância e movimentação de veículos: a Gruta de Nossa Senhora de Lourdes e a Sagrada Família.

Assim, espera o apoio dos nobres parlamentares, afim de aprovar o projeto de lei em análise.

PROJETO DE LEI Nº 07/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Maria Cazetta, com sede e foro na cidade de Curitiba/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Fazendo uma análise mais profunda da palavra creche, constatamos que creche não é um depósito de crianças, creche é coisa muito séria e de grande responsabilidade. Toda e qualquer instituição que cuida de criança deve oferecer um ambiente especial para que a criança possa ter um desenvolvimento nas questões físicas, biológicas, sociais, intelectuais e afetivas, da mesma forma que uma mãe apta oferece.

Constatamos ainda que não há como ignorar a necessidade da creche. Não só a mãe operária que procura trabalho como recurso para aumentar sua renda

familiar ou seja seu orçamento e se afasta do convívio de seus filhos.

A mulher de classe média, professora, médica, engenheira, economista, assistente social, etc, procura trabalho como fonte de renda ou motivo de afirmação pessoal que os novos valores que a sociedade impõe. Em virtude dessa nova classe social o atendimento das creches passou a ser cobrado com maior rigor.

“A creche é um direito de todas as crianças, pobres ou ricas”.

PROJETO DE LEI Nº 08/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

1º - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná, através da Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná a conceder redução da taxa de Coleta e Tratamento de Esgoto de 80% (oitenta por cento) para 50% (cinquenta por cento) sobre o montante do valor da fatura de água.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo reduzir a taxa de esgoto, que onera os orçamentos domésticos das famílias paranaenses, tendo em vista que o percentual atualmente cobrado (80% sobre o consumo de água) é muito elevado em função dos investimentos que são necessários para a realização da coleta e tratamento de esgoto.

Daí porque conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares para aprovação imediata desta lei, por tratar-se de uma justa medida que alcançará todos os paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 09/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cristã Evangelizadora Beneficente - Aceb, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Cristã Evangelizadora Beneficente é sociedade civil sem fins lucrativos, cujo objetivo de formação é o atendimento aos moradores do Jardim São

Jorge, visando estudos, aprovação, implementação e execução de projetos e ações concretas, nos níveis espiritual, social, cultural e econômico, resgatando a população excluída socialmente, através do Evangelho Integral, possibilitando o exercício da cidadania.

O artigo 22 do Estatuto da entidade prescreve que “não serão distribuídos lucros, dividendos, benefícios ou vantagens a dirigentes, membros da diretoria, sócios, benfeitores e mantenedores sob qualquer título ou pretexto, assim como os membros da diretoria e conselho social não serão remunerados e anualmente será publicado na imprensa a demonstração da receita, despesa e balanço geral da entidade.

A Associação Abba-Pai, foi registrada em 11 de outubro de 1999, portanto em atividade há mais de um ano.

A Associação foi instituída pela Renovação Carismática Católica da Diocese de Cornélio Procopio, e atende, mensalmente, em média, setecentas pessoas. Essas pessoas, carentes de recursos financeiros, são assistidas pelos voluntários com doação de alimentos, apoio espiritual e a formação de grupos de acompanhamento para drogados e alcoólatras.

São celebradas missas nas comunidades carentes e também há a formação de grupos para adolescentes e encontros paroquiais de formação e espiritualidade.

O trabalho que a Associação Abba - Pai desenvolve no município de Cornélio Procopio é fundamental para as comunidades carentes e merece o reconhecimento da declaração de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 10/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Londrinense dos Portadores de Esclerose Múltipla- Alpem, Londrina e Região, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Londrinense dos Portadores de Esclerose Múltipla é uma entidade civil sem fins lucrativos, que tem por finalidade aproximar portadores de esclerose múltipla, seus familiares, leigos e profissionais que possam oferecer àqueles melhores condições de tratamento e convivência.

Desde a sua fundação comunga o ideal de trocar experiências e reivindicar direitos de forma coletiva, promovendo meios de manter entre as famílias o espírito de solidariedade.

Estimular o progresso nos estudos e pesquisas nessa área especializada; promover reuniões, congressos, seminários, simpósios, que tratem da difusão dos conhecimentos sobre esclerose múltipla, promover assistência médica, social, psicológica, fisioterapêutica, fonoaudiológica, terapêutico-ocupacional, e outras, através de convênios com clínicas, laboratórios e outros serviços especializados. Promover junto aos poderes públicos, a obtenção de medidas legislativas de proteção aos interesses dos portadores de esclerose múltipla, como também, angariar e recolher fundos para a realização de seus propósitos.

As ações desenvolvidas estão voltadas ao atendimento dos associados e, há que se ressaltar que a entidade necessita de repasses de valores por parte de órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Para se habilitar junto aos mesmos, portanto, necessita da Lei de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 11/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Portal da Luz, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Portal da Luz, é uma entidade civil sem fins lucrativos, que tem por prioridade o estudo e o ensino para o desenvolvimento do equilíbrio mental, espiritual e emocional do ser humano.

Os membros da Associação são profissionais que atuam em diversas áreas, tais como, música, arte, educação, engenharia, empresarial, saúde, comunicação, entre outros, que visitam creches e associações, levando lanches para as crianças. Durante as visitas coletam-se informações sobre as necessidades das mesmas e, posteriormente, de acordo com a possibilidade da Associação, são realizadas as doações necessárias àquela instituição.

Para arrecadar fundos são feitas coletas de materiais recicláveis, e bazar de trabalhos manuais de peças obtidas na forma de doação por parte de membros da Associação e/ou parcerias.

As ações desenvolvidas estão voltadas ao atendimento das creches do município de Londrina, bem como ao Hospital Infantil Sagrada Família e, há que se ressaltar que a entidade necessita de repasses de valores por parte de órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Para se habilitar junto aos mesmos, portanto, necessita da Lei de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 12/2002
Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - Ney Amintas de Barros Braga - do Colégio Estadual João XXIII - Ensino Médio, do município de Mamborê, com sede e foro na cidade de Mamborê.

Art. 2 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual João XXIII- Ensino Médio, é uma entidade civil sem fins lucrativos, que tem por finalidade o desenvolvimento de ações que favoreçam os alunos, principalmente a parcela mais carente.

Na busca constante do aprimoramento do ensino, integra família, escola e comunidade através de eventos promocionais, meio de aquisição de recursos, como bem esclarece o relatório de atividades anexo ao presente.

As ações desenvolvidas pela APM estão voltadas a soluções dos problemas quotidianos da escola em, além dos recursos arrecadados com promoções junto à comunidade local, há que se ressaltar que a entidade necessita de repasses de valores por parte de órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Para se habilitar junto aos mesmos, portanto, necessita da Lei de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 13/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigadas as concessionárias de rodovias do Estado do Paraná, a construir 3ª e 4ª faixas nos locais das estradas onde existir faixa contínua, utilizando para isto o leito dos acostamentos já existentes.

Art. 2º - Esta lei será aplicada nas estradas onde não houver previsão de duplicação no prazo máximo de 5 anos, a contar da aprovação desta lei.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo oferecer melhores condições de tráfego e segurança aos motoristas que utilizam a malha rodoviária paranaense administrada por concessionárias. A construção das 3ª e 4ª faixas agilizará o transporte de cargas e estimulará o turismo em nosso Estado.

Do ponto de vista das concessionárias, o custo das obras será reduzido devido ao aproveitamento dos acostamentos das estradas.

PROJETO DE LEI Nº 14/2002
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas que oferecem serviços públicos de quaisquer natureza não poderão inscrever usuários inadimplentes residentes e domiciliados em todo território do Estado do Paraná, no Serviço de Proteção do Crédito- SPC e Serasa - Centralização de Serviços de Bancos S/A ou qualquer outro tipo de cadastro de deveres.

Art. 2º - As empresas que desobedecerem o disposto no artigo anterior, ficarão proibidas de contratar junto ao Poder Público Estadual bem como, ficará impedida de receber deste, qualquer benefício ou isenção, inclusive de caráter tributário.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Toda penalidade imposta por leis de quaisquer natureza deve sempre respeitar os princípios do direito, ou seja, ninguém pode ser penalizado duas vezes pela mesma infração.

Exemplo: se um cidadão - por qualquer circunstância - atrasa o pagamento da sua conta de luz ou água, terá o fornecimento do produto suspenso, temporariamente, enquanto perdurar o débito. Se, além do corte do fornecimento do produto ele for levado a ter o seu registro no cadastro de devedores, SPC ou Serasa, ou qualquer outro congênere, estará sendo punido duas vezes pela mesma infração.

Desta forma, o Paraná pretende seguir o exemplo de outros Estados da Federação que estão criando legislações especiais para impedir-se tal abuso. Como na maioria das vezes essa punição tem sido imposta pelas prestadoras de serviços, que receberam através do sistema de privatização o direito de fornecer tais serviços, pretende a presente lei, impedir tais abusos.

Para tanto, solicitamos o apoio dos nobres colegas desta Casa, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 015/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Toda pessoa física ou jurídica, que desenvolve atividades de produção, montagem, criação, cons-

trução, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços, seja ela pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como entes despersonalizados, fica obrigada a indicar o número de telefone da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon-PR: 0800-41-1512, para estabelecimentos localizados em todo o território do Estado do Paraná, em letras visíveis e destacadas, em local visível e de fácil leitura.

Parágrafo Único - Ficam também obrigados os prestadores de serviços de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária.

Art. 2º - O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará os infratores às penalidades previstas no Decreto 2181, de 21 de março de 1997.

Art. 3º - Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente lei no prazo de noventa (90) dias, contados a partir da data de publicação desta lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A obrigatoriedade de afixação do telefone 0800-1512 em lugares visíveis nos estabelecimentos de que trata a presente lei, haverá de proteger, orientar e informar os consumidores do Estado do Paraná, impedindo as práticas abusivas por parte de fornecedores de produtos e serviços.

O Decreto 2181, de 21 de março de 1997, que regulamenta o Sistema Nacional de Proteção ao Consumidor, que trata das penalidades e dá outras providências, precisa de uma lei desta natureza, para garantir ao consumidor menos esclarecidos os seus direitos de cidadão. Portanto, esperamos contar com o apoio dos demais colegas parlamentares, visando a aprovação do presente projeto de lei, que por certo prestará um grande serviço à população paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 016/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica permitido o uso de painéis padronizados, externos e internos de material de propaganda, em veículos de transporte coletivo intermunicipal de passageiros, de qualquer natureza, sem prejuízo da segurança, da identidade da empresa e das rotas autorizadas.

§ 1º - Ficam excetuadas as propagandas sobre bebidas alcoólicas, cigarros, medicamentos ou produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente, bem como aquelas que induzam à discriminação racial, religiosa ou sexual.

§ 2º - É proibida a propaganda política partidária ou eleitoral da mesma forma que o disposto no parágrafo anterior.

Art. 2º - A receita auferida pela propaganda exposta em veículo de transporte coletivo intermunicipal de passageiros será destinada integralmente a reduzir o custo das tarifas.

Art. 3º - As permissionárias e/ou concessionárias de transporte coletivo deverão, através de licença especial nominal e intransferível, indicar empresa especializada que se encarregará de comercializar os anúncios de propaganda em todos os veículos da frota de ônibus do Estado.

Art. 4º - As permissionárias e/ou concessionárias a que se refere o artigo anterior deverão solicitar à Secretaria Estadual de Transporte licença para os anúncios de propaganda, indicando a empresa de publicidade responsável pela sua comercialização.

Art. 5º - A regulamentação desta lei será efetuada no prazo de 06 (seis) meses, pelo órgão encarregado pelo Poder Executivo.

Art. 6º - A fiscalização da obediência às normas legais, no uso dos espaços publicitários nos veículos integrantes da rota dos serviços de trânsito coletivo intermunicipal de passageiros, será executada pela Secretaria Estadual de Transportes em conjunto com a Secretaria de Estado do Turismo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora apresento tem por objetivo permitir o uso de propaganda publicitária em veículos da frota de veículos de transporte coletivo intermunicipal que sejam permissionárias e/ou concessionárias do Estado do Paraná. A receita conferida será integralmente utilizada para o abaixamento do cálculo das tarifas.

Não serão, no entanto, permitidas propagandas e/ou material publicitário que induzam ao consumo de álcool, cigarros, armas, medicamentos e outros que venham a agredir o meio ambiente. Da mesma forma ficam vedadas propagandas que induzam à discriminação racial, sexual, religiosa, bem como propaganda eleitoral ou partidária.

Implementando no Estado a possibilidade do uso da publicidade em veículos do sistema de transporte coletivo intermunicipal, que revertam as suas receitas em benefício dos usuários.

PROJETO DE LEI Nº 017/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa Estadual de Recompensa, que tem por finalidade incentivar a colaboração da população em ações da Secretaria da Segurança Pública, mediante fornecimento de informações que possibilitem solucionar casos investigados pela polícia.

Art. 2º - O secretário de Estado da Segurança Pública indicará, mediante resolução específica, os casos em que o prêmio será pago, bem como o seu valor, observado o limite de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º - Os recursos destinados ao prêmio referido nesta lei serão administrados pelo Fundo Estadual de Segurança Pública - Funseg, sob controle da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Parágrafo Único - Qualquer pessoa física ou jurídica poderá doar recursos financeiros para a realização deste Programa, a serem depositados no Fundo Estadual de Segurança Pública - Funseg.

Art. 4º - O Poder Executivo providenciará ampla divulgação dos casos indicados para atribuição do prêmio, por meios próprios e/ou colaboração de entidades da sociedade civil.

Art. 5º - Será garantido ao informante o sigilo de sua identidade.

Art. 6º - O secretário de Estado da Segurança Pública, mediante resolução, disciplinará o disposto nesta lei, bem como as medidas necessárias à segura operação deste Programa.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O Brasil, nos dias de hoje, tem vivido clima de tensão pela forte onda de criminalidade que tem se espalhado nas cidades e no campo.

Notadamente onde circula maior quantidade de dinheiro, seja pela pujança das cidades industrializadas, seja pela riqueza da agricultura do Paraná, o banditismo tem feito reféns e colocado a sociedade em estado de alerta.

A intenção do projeto em questão é a de regulamentar o instituto da recompensa, que poderá ser concedida aos cidadãos que possam contribuir com a polícia informando sobre crimes cuja autoria ainda não foi descoberta.

A estipulação de recompensa aos que ajudam na solução de crimes pode se transformar em importante instrumento na busca de justiça às vítimas e suas famílias, com a identificação e punição rigorosa de criminosos.

PROJETO DE LEI Nº 18/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o senhor governador do Estado com o compromisso de percorrer de automóvel ao menos uma vez por ano, as estradas do Estado do Paraná.

Art. 2º - Dos resultados das viagens o senhor governador deverá dar coerência à Assembléia Legislativa.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Viajamos constantemente com automóvel pelas estradas do nosso Estado, sofrendo com o estado precário da maioria delas, algumas sem acostamento, sem sinalização, com buracos e muitos trechos críticos.

A condição de tráfego chegou ao limite de tolerância em grande parte de nossas rodovias.

Segundo informações colhidas com prefeitos, há empresas de ônibus se recusando a fazer linhas que ligam essas rodovias. As próprias transportadoras estão evitando o envio de mercadorias para certas regiões e com isso, o frete vem sofrendo significativo aumento causando transtorno no custo final das mercadorias prejudicando o consumidor. A tristeza invadiu os corações dos companheiros, principalmente com o sistema implantado da cobrança de pedágio que agora recebeu também aumento considerável.

Está prevista para este ano a maior safra de grão. Todos sabemos que os primeiros homens foram os agricultores. Foi o instinto que os levou a amansar a terra, para dela tirar o necessário para o seu sustento.

Todos os agricultores de um modo geral estão preocupadíssimos com o estado lamentável da maioria de nossas rodovias, para o transporte de toda a produção.

“Governar é abrir estradas”.

Estas palavras de Washington Luiz ecoaram no espírito dos brasileiros. É que o grande estadista que governou os destinos do Brasil de 1924 a 1930 compreenderá que um país sem estradas seria como um corpo sem artérias.

O Estado e a sociedade devem estar unidos em prol de uma cidadania responsável. Para aprofundar as conquistas e dar fim à selvageria do trânsito em nossas rodo-

vias é indispensável uma permanente interação social com o total apoio direto do senhor governador do Estado.

O compromisso é de todos. O essencial é promover uma ampla mobilização, com a efetiva participação da Secretaria dos Transportes, DER, prefeitos, vereadores, associações de classe e a comunidade em geral.

Todas as medidas, entretanto, não alcançarão pleno êxito se não forem corrigidas distorções e equívocos já detectados.

Em nome do esforço conjunto que ora empreendemos, todo e qualquer melindre deve ser afastado para que não prevaleça a idéia de censura, mas sim a de cooperação para o bem comum. Pelo qual todos nós respondemos hoje e nos dará a oportunidade de celebrar no futuro. A Assembléia Legislativa necessita, sem escusas ou justificativas, receber os dados estatísticos.

A malha rodoviária necessita do acompanhamento direto do senhor governador. Por esta razão, estamos propondo este plano de lei para que os senhores governadores transitem de automóvel pelas rodovias do Estado ao menos uma vez por ano, dando ciência para a Assembléia Legislativa.

Não pretendemos apenas criticar a administração, mas sim, colaborar para a melhoria de nossas rodovias.

Cada um de nós traz dentro de si, a essência divina que nos é dada quando nascemos e nos possibilita ou nos impede à prática do acompanhamento para com o próximo e a comunidade.

Certamente será motivo de júbilo identificar-se com a população atualmente sofrendo e possivelmente num futuro próximo sentir alegria em recompor os passos marcados em nossas passagens pelas rodovias de nosso Estado, contribuindo para um futuro melhor para a sociedade paranaense, pois, em razão da precariedade de nossas rodovias, já se observou um acentuado aumento no número de acidentes. Os dados oficiais comprovam essa afirmação. Consternados, porém, registramos o aumento dos índices de vítimas fatais. O Estado e a sociedade devem estar unidos em prol de uma cidadania responsável para dar fim à selvageria no trânsito.

PROJETO DE LEI Nº 19/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É assegurado ao recém-nascido a realização do exame de diagnósticos clínico de catarata congênita, pela técnica conhecida como “reflexo vermelho”, nas maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneros do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O exame a que se refere este artigo será realizado sob a responsabilidade técnica de profissional médico competente.

Art. 2º - Fica assegurado ao recém-nascido portador da catarata congênita o encaminhamento para cirur-

gia, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar da realização do diagnóstico, bem como a comunicação ao órgão estadual de saúde competente, objetivando a constituição de um Banco Estadual de Dados.

Parágrafo Único - As maternidades e os estabelecimentos hospitalares congêneres que não dispuseram de estrutura cirúrgica capaz de solucionar o problema, deverão encaminhar os casos positivos aos hospitais capacitados para tal e devidamente credenciados ao SUS.

Art. 3º - O órgão estadual de saúde competente colocará à disposição das entidades profissionais específicas os dados, trabalhos e estudos integrantes do Banco Estadual de Dados sobre catarata congênita.

Art. 4º - O responsável legal pelo recém-nascido receberá, quando da alta médica, relatório dos exames e/ou procedimentos realizados contendo esclarecimentos e orientação quanto à conduta a ser adotada em relação ao exame.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Estima-se que, atualmente, um grande número dos recém-nascidos sejam portadores de catarata congênita. O diagnóstico precoce deste tipo de catarata é de extrema importância para o bom desenvolvimento da criança, pois, quanto mais precoce o diagnóstico e o subsequente procedimento cirúrgico, nos casos positivos, será menor o dano à acuidade visual provocado pela enfermidade.

Assim, um caso de catarata total, extirpada no primeiro mês de vida, provavelmente não deixará seqüelas, mas, se deixada evoluir, durante sete ou oito anos, para então ser feita a cirurgia, possivelmente criará danos irreversíveis, determinando baixa acentuada de visão, estimada em 20% a 30% da capacidade total.

A técnica conhecida com “reflexo vermelho” é, atualmente, a mais indicada, pois alia a precisão de diagnósticos, significativamente melhor que as demais, com o baixo custo, tanto no que se refere aos investimentos, quanto no concernente aos custos operacionais.

A constituição de um Banco Estadual de Dados, relativo a este assunto, permitirá o estabelecimento de políticas de saúde pública norteadas por informações fidedignas e, não mais, ao sabor do empirismo.

A necessidade de realização de uma avaliação oftalmológica, até o fim do primeiro mês de vida da criança o que, dificilmente ocorre em famílias carentes, aliado ao dever de saúde pública de não permitir que as crianças tenham sua visão prejudicada por enfermidade de fácil controle, constituem os grande fatores motivadores deste projeto de lei.

A aprovação desta proposta beneficiará significativa parcela da população que passará a ter a garantia de

correção de eventuais problemas de visão no início da enfermidade, possibilitando chances bem maiores de cura.

PROJETO DE LEI Nº 20/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Prevenção aos cânceres de Mama e Colo Uterino no âmbito do Estado do Paraná, para as servidoras públicas estaduais.

Art. 2º - O Estado, através das Secretarias responsáveis pela saúde, ingresso e registro de servidores estaduais, serão os gestores do Programa referido no artigo anterior.

Art. 3º - A participação das servidoras públicas no Programa de Prevenção das enfermidades mencionadas é de caráter obrigatório, podendo as servidoras que dele não participarem, sofrerem sanções administrativas, a serem fixadas quando da regulamentação desta lei.

Art. 4º - O Programa tem por objetivo prevenir a incidência das enfermidades citadas no artigo 1º desta lei, através de campanhas institucionais nos órgãos de trabalho das servidoras e através de exames clínicos, radiológicos e laboratoriais.

Parágrafo Único - Os exames mencionados no *caput* deste artigo deverão ser realizados pelo menos uma vez ao ano.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará esta lei 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade uma política de prevenção do câncer de mama e colo uterino às servidoras públicas estaduais.

Os índices de câncer de mama especial e de colo uterino em nosso Estado são alarmantes.

A importância de um programa mesmo que em uma política não facultativa, podendo ainda ser considerada uma discriminação positiva, levantará os dados daquelas funcionárias que não realizam o exame anualmente. A progressão de um tumor mamário ou de colo uterino maligno é demasiadamente preocupante e deve ser motivo para estabelecer uma política por parte do gestor público.

A importância do auto-exame no período pós-menstrual, seguido do exame clínico das mamas, da mamografia e ou ecografia mamária, constituem-se em

importantíssimo método de prevenção secundária à saúde da mama. Não menos importante é a realização de citopatológico de raspado cervical (colo uterino) em primeiro estágio através da coleta ectocervical e seguido de uma escovação endocervical e, ainda, uma escovação de fundos de saco vaginal.

As mulheres com mais de 40 anos de idade deverão realizar a primeira mamografia, sendo que as consideradas de alto risco iniciarão aos 35 anos, desde então as mamografias serão anuais ou a critério médico.

PROJETO DE LEI Nº 021/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a criar Escolas Públicas de Trânsito no Estado do Paraná, vinculadas ao Departamento de Trânsito - Detran.

Art. 2º - As Escolas Públicas de Trânsito serão constituídas para formar candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habitação - CNH, Examinadores de Trânsito, Instrutores de Centros de Formação de Condutores - CFCs, e condutores já habilitados, em decorrência de condenação judicial ou de apreensão da CNH, na esfera administrativa, por envolvimento em acidente de trânsito, na jurisdição do Estado do Paraná.

Art. 3º - As Escolas Públicas de Trânsito terão as seguintes disciplinas:

- I - Legislação de Trânsito;
- II - Direção Defensiva; Relações Públicas e Humanas;
- III - Primeiros Socorros;
- IV - Educação para Segurança no Trânsito; e
- V - Noções de Direito Penal.

§ 1º - A carga horária por matéria será definida de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito, por regulamentação do órgão competente.

§ 2º - O ingresso do aluno nas Escolas Públicas de Trânsito dar-se-á mediante aptidão nos exames de Sanidade Física e Psicológica.

Art. 4º - Após a aprovação nas Escolas Públicas de Trânsito, o candidato receberá Certificado que lhe dará direito ao aprendizado de prática de direção através de Centros de Formação de Condutores (CFC's) ou de Instrutor Particular Habilitado.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O atual Código Brasileiro de Trânsito, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, define em seu artigo 74:

“Art. 74 - A educação para trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito.

§ 1º -...

§ 2º - Os órgãos ou entidades executivos de trânsito deverão promover, dentro de sua estrutura organizacional ou mediante convênio, o funcionamento de Escolas Públicas de Trânsito, nos moldes e padrões estabelecidos pelo Contran”.

Com o objetivo de atender este direito, e tendo em vista que hoje o sistema implantado no Estado do Paraná depende exclusivamente de Centros de Formação de Condutores Privados, é que encaminhamos esta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 022/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a implementar a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia - Copel, alienar, dar em caução ou oferecer em garantia ações do estado no capital daquela Companhia, bem como contratar operações de crédito, financiamentos ou outras.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(aa) RICARDO CHAB, LUCIANA RAFAGINI, MARCOS ISFER, ALGACI TULIO, FERNANDO GUIMARÃES, SERAFINA CARRILHO, NEIVO BERALDIN, RENATO GAÚCHO, WALDYR PUGLIESI, ORLANDO PESSUTI, HERMES FONSECA, NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON, ANTONIO ANIBELLI, ELI GHELLERE E PASTOR EDSON PRACZYK.

JUSTIFICATIVA:

Com a aprovação do projeto que originou a Lei nº 12.355/98, a maioria dos pares com assento na Assembléia Legislativa, outorgou ao Executivo, poderes para vender a Copel.

Após gestões efetivadas nos campos técnicos e político ano de 2001 conseguimos, juntamente, com a população representada pelo Fórum Popular em Defesa da Copel, grandes vitórias, como o primeiro projeto de iniciativa popular que mobilizou a grande maioria da população paranaense em torno do assunto.

Considerando ainda que o próprio Poder Executivo concluiu pela inoportunidade e inconveniência da venda da Companhia, dentre outras razões, a situação de instabilidade no setor energético em todo o País, além dos fatos ocorridos em 11 de setembro nos Estados Unidos, que geraram profunda recessão mundial e conseqüente insegurança nos investimentos internacionais.

Pelas razões expostas, a Lei 12355/98 perdeu por completo seu objetivo que era a venda da Companhia Paranaense de Energia - Copel, motivo pelo qual propõe-se a revogação da indigitada lei, conclamando os nobres pares no sentido de prestarem o devido apoio e conseqüente aprovação do projeto em referência.

PROJETO DE LEI Nº 023/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 3º, da Lei nº 13412, de 26 de dezembro de 2001, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º -...

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

As Leis nºs 13212 e 13412, introduziram alterações na legislação do Imposto Sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, com enorme benefícios ao Estado do Paraná, proporcionando tratamento tributário isonômico aos contribuintes aqui estabelecidos, em relação a outros Estados da União, preservando os direitos do produtor rural e das indústrias paranaenses.

O objetivo da apresentação da presente proposição é procurar adequar a Lei nº 13412 a todos os aspectos constitucionais vigentes.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 24/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção de Usina Hidrelétrica Fundão, a ser implantada no km 22,7 do rio Jordão, cerca de 8 km a montante da foz do rio Capão Grande, na divisa dos municípios de Pinhão e Foz do Jordão, às coordenadas 25°42'31" de latitude Sul e 51°59'53" de longitude Oeste, com potência instalada mínima de 119 MW e demais características descritas no Contrato de Concessão nº 125/2001, outorgado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 2º - A construção da Usina Hidrelétrica, mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das formas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, nos termos da lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição, atendendo solicitação da Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, entidade sediada no Estado do Paraná, tendo vencido licitação convocada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, para explorar a Usina Hidrelétrica Fundão.

A proposição está amparada com o Projeto Básico Ambiental - PBA, que se constitui na continuidade natural dos estudos ambientais efetuados quando da elaboração do EIA/RIMA, apresentando uma relação de quinze programas ambientais que permitirão ao empreendedor prevenir, mitigar e compensar os impactos negativos a serem causados pela construção da Usina Hidrelétrica Fundão, bem como potencializar e otimizar os impactos considerados positivos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei, levando em conta, também, a grave crise energética que assola a nação brasileira.

PROJETO DE LEI Nº 25/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção de Usina Hidrelétrica Santa Clara, a ser implantada no km 38,4 do rio Jordão, cerca de 4 km a jusante da foz do arroio Jacu e 1,5 km a montante da Estância Hidroclimática Santa Clara, na divisa dos municípios de Candói e Pinhão, às coordenadas 25°38'52" de latitude Sul e 51°57'59" de

longitude Oeste, com potência instalada mínima de 119 MW e demais características descritas no Contrato de Concessão nº 125/2001, outorgado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 2º - A construção da Usina Hidrelétrica, mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das formas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, nos termos da lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição, atendendo solicitação da Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, entidade sediada no Estado do Paraná, tendo vencido licitação convocada pela ANEEL - Agência Nacional de energia Elétrica, para explorar a Usina Hidrelétrica Santa Clara.

A proposição está amparada com o Projeto Básico Ambiental - PBA, que se constitui na continuidade natural dos estudos ambientais efetuados quando da elaboração do EIA/RIMA, apresentando uma relação de 15 programas ambientais que permitirão ao empreendedor prevenir, mitigar e compensar os impactos negativos a serem causados pela construção da Usina Hidrelétrica Fundão, bem como potencializar e otimizar os impactos considerados positivos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei, levando em conta, também, a grave crise energética que assola a nação brasileira.

PROJETO DE LEI Nº 26/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos da Região de Londrina - APOL, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos da Região de Londrina que tem realizado excelente trabalho de promover a organização dos produtores de agricultura orgânica, na compra de insumos, produção, processamento e comercialização dos produtos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 27/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada Rodovia Prefeito José Alves Pereira, o trecho da Rodovia PR-151, que liga o município de Ribeirão Claro ao município de Carlópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de homenagear um grande paranaense nascido em Ribeirão Claro, o inesquecível Prefeito José Alves Pereira.

Filho de família pioneira da região, José Alves Pereira foi o principal responsável pela pavimentação da Rodovia PR-151, que liga o município de Ribeirão Claro ao município de Carlópolis.

Sabedores, também, do maravilhoso trabalho realizado pelo nosso homenageado em prol de toda a região do Norte Pioneiro, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para denominar o trecho da PR-151 (Ribeirão Claro - Carlópolis) ao homem público que tanto lutou para a realização de tão importante obra.

PROJETO DE LEI Nº 28/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam obrigadas as operadoras de telefonia celular, que operem no Estado do Paraná, a manterem cadastro de todos os usuários de aparelhos telefônicos do sistema-pré-pago.

Parágrafo Único - O cadastro a que se refere o *caput* deste artigo conterá nome, endereço e número do documento de identidade e do registro no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas, do Ministério da Fazenda.

Art. 2º - As operadoras de telefonia celular, ficam obrigadas a, no prazo de 90 dias, convocar os usuários de aparelhos telefônicos do sistema pré-pago, atualmente existente, para o fornecimento dos dados necessários à formação do cadastro referido no artigo 1º desta lei.

Art. 3º - A partir da vigência da presente lei, todos os estabelecimentos que comercializarem aparelhos de telefonia celular do sistema pré-pago ficam obrigados a informar à operadora, no prazo de 24 horas, após execu-

tada a venda, os dados referidos no parágrafo único do artigo 1º desta lei, para serem registrados no cadastro ora instituído.

Art. 4º - Os usuários de aparelhos telefônicos do sistema pré-pago, deverão comunicar eventuais transferências a terceiros, informando às operadoras os dados previstos no artigo 1º *caput* do novo usuário do telefone.

Parágrafo Único - As operadoras deverão disponibilizar em suas lojas e revendas, formulário próprio para a comunicação de transferência.

Art. 5º - O não cumprimento das normas da presente lei implicará em multa de um mil (1000) a dez mil (10000) UFIR's ao infrator, aplicável pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Parágrafo Único - Os recursos financeiros resultantes do recolhimento das multas estabelecidas no *caput* deste artigo serão destinados à aquisição de equipamentos destinados à segurança pública.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN

IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto se justifica tendo em vista que o aparelho de celular pré-pago, por não possuir informações cadastrais sobre o usuário, tornou-se uma importante arma para a criminalidade, especialmente na realização de seqüestros e motins, dificultando investigação dos responsáveis por tais crimes.

A medida que se propõe, visa coibir o uso do sistema de telefone pré-pago pela criminalidade, retirando-lhe o completo anonimato de que se encontra atualmente revestido.

Não se pretende aqui, cercear qualquer iniciativa comercial e tampouco inibir o uso do telefone pré-pago, que aliás representa expressiva parcela do sistema de telefonia móvel no país (mais de 19,5 milhões de aparelhos) e que constitui opção acessível às classes menos abastadas em face ao seu menor custo.

Destaca-se por oportuno, que os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, já tomaram a semelhante iniciativa, com o específico objetivo de vedar o mau uso do telefone pré-pago pela criminalidade.

Face ao exposto, entendendo ser a medida proposta de grande alcance no combate à criminalidade, solicitamos aos nobres pares desta Casa, apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 29/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O colete à prova de balas deverá integrar o uniforme dos vigilantes contratados por empresas especializadas em prestação de serviços de vigilância ou de transporte de valores, bem como de empresas que possuam setores próprios para o exercício destas atividades.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes da aquisição dos referidos coletes deverão ser custeadas pelas empresas.

Art. 2º - Vigilante, para os efeitos desta lei, é o empregado contratado para o exercício de atividades que impeçam ou inibam a atividade criminosa.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.02.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A violência crescente tem exigido cada vez mais prevenção por parte dos cidadãos. Só a segurança pública não tem sido suficiente para coibir ações criminosas e especialmente o comércio, a indústria e órgãos públicos têm lançado mão de uma alternativa que se faz cada vez mais presente nestes locais: o vigilante.

Funcionários de empresas especializadas em fornecer segurança, autônomos ou funcionários dos quadros próprios de qualquer outro tipo de empresa estas, pessoas guardam o patrimônio do local onde estão prestando serviços, com a função de impedir e inibir a ação criminosa.

Estes profissionais necessitam de uma proteção maior, já que geralmente há apenas um ou dois vigilantes para cada loja ou empresa, o que dificulta a ação contra os bandidos que geralmente estão fortemente armados. São comuns os casos em que estes profissionais pagam com sua própria vida e o uso de colete à prova de balas seria de grande utilidade para sua proteção.

No Paraná há aproximadamente 17.000 vigilantes sindicalizados e a solicitação é unânime - mais proteção, pois os profissionais ficam por demais expostos durante o desempenho de suas funções.

Diante do apelo do Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região, que fala por sindicalizados, mas certamente este é um apelo de todos os profissionais da área, estamos apresentando este projeto de lei, com o objetivo de, mais uma vez, inibir a violência.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pela ordem, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Eu faço a minha inscrição no Pequeno Expediente da Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O Pequeno Expediente já está todo ocupado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

V. Exa. poderia me declinar o nome dos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputados Nelson Tureck, Ademar Traiano, Fernando Ribas Carli, Luiz Carlos Alborghetti, Basílio Zanusso, Geraldo Cartário, Moysés Leônidas e Durval Amaral.

O SR. ORLANDO PESSUTI

À primeira reserva de ausência de alguns deles, gostaria que fizesse a minha inscrição para o Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. está inscrito.

Continua a palavra com o 1º secretário, Valdir Rossoni.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Finda a leitura do Expediente**).

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Subo hoje a esta tribuna, para registrar uma marca de produtividade, a marca de competência, a economia de um povo que trabalha, exemplo de uma grande empresa do Paraná e da América Latina.

A Cooperativa Agropecuária Mourãoense, como é de conhecimento de todos os deputados, fechou o balanço em uma receita, de um bilhão e seiscentos milhões. Isso prova o dinamismo, a capacidade desses empresários, principalmente o presidente da Cooperativa, em atender, em incentivar, e acima de tudo, fornecer a tecnologia aos produtores do Paraná.

Deputado Basílio Zanusso, nas sobras da Cooperativa de Campo Mourão, em uma Assembléia, foram devolvidos trinta e três milhões, deputado Antonio Belinati, trinta e três milhões de sobra, de uma administração competente, que eu não podia deixar de vir aqui registrar nesta Casa de Leis, deputados nós vemos tantas cooperativas mal administradas, que foram à falência e deram o cano nos seus cooperados!

E nós vemos uma cooperativa honesta, uma cooperativa forte e principalmente, por se tratar da nossa região

Centro-Oeste, do município de Campo Mourão, se espalhando em outros estados brasileiros.

Deixar registrada a força, que cada ano que passa, a nossa agricultura é mais forte.

E quando falamos em agricultura, quero deixar registrado também, deputado Ademar Traiano, que nesse período em que nós ficamos fora do plenário desta Casa, mas nós como deputados governistas, que temos aqui projetos importantes, aprovamos em favor do povo do Paraná, e principalmente ao pequeno agricultor, deixar registrado aqui que o último Estado do Brasil, deputado Valdir Rossoni, que tem dinheiro em programas de fundo pedido para o pequeno, é o governo do Paraná, do Jaime Lerner.

Então, nesta Assembléia, aprovamos projetos e levamos recursos para calcários, e para café.

Levamos recursos, senhor presidente, para a Vila Rural, para a geração de rendas, como nós, juntamente com o deputado Edno Guimarães, entregamos máquinas de costuras para que tenham o seus sustento, o seu ganho.

Levando recursos na ordem de mais de cinco milhões de reais, dinheiro que não é financiado; dinheiro que é distribuído gratuitamente, ao pequeno agricultor, ao pequeno produtor, porque nós sabemos, nós que somos “feijão com arroz”, que somos lá do interior do Paraná sabemos, Takayama, que o pequeno, que tem um alqueire de terra, que tem dois ou três alqueires de terra, não lhe sobra dinheiro para fazer a reforma da sua casa, para ele ter um padrão digno para a sua família. Nós fomos visitando as propriedades no interior, e eu gosto muito de fazer isso, porque eu fui prefeito lá no interior do Estado do Paraná: visitar o pequeno agricultor e saber de uma estrada que ele precisa, de um açude, de uma adequação, de uma curva de nível.

E nós sentimos agora, no projeto Paraná 12 Meses, um governo que estende a mão a esses agricultores, porque o lugar dele é no interior, ele vai ser feliz com a sua esposa, com os seus filhos; onde eles vão estudar, é lá no interior, e nós não podemos deixar que uma pequena propriedade seja vendida.

Por isso que o programa Paraná 12 Meses está levando recursos para a compra de trator, levando recursos em Altamira do Paraná, deputado Durval Amaral, onde eu vi agricultores agradecendo o governo do Estado, levando vaca de leite, dinheiro a fundo perdido da raça Girolanda. Só em Altamira do Paraná, foram trinta vacas para trinta produtores. Tivemos no município de Luiziana mais quarenta vacas de leite do Programa do Paraná 12 Meses, para o pequeno agricultor ter o sustento da sua família. E não foi dinheiro financiado, não! É dinheiro gratuito, de um projeto voltado aos interesses do povo do Paraná!

E, subindo nesta tribuna, posso dizer aqui que valeu muito quando nós defendemos os interesses do nosso povo!

Tivemos recursos também no município de Ubitatã, na cidade de Barbosa Ferraz, que já soma a casa dos

R\$400.000,00, juntamente com o deputado Miltinho Pupio, que também atua naquela região.

Portanto, senhores deputados - Orlando Pessuti, que é um conhecedor e que toda a vida defendeu a agricultura - por isso lhe tenho muito respeito; dizer Pessuti, como é bom podermos levar recursos, a fundo perdido, para o nosso interior do Estado do Paraná.

Tive que deixar registrado hoje o pequeno agricultor, aquele que é a razão da existência da cidade.

Muito obrigado pela atenção, senhores deputados e também ao senhor presidente, pelo tempo que me concedeu!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Segundo orador inscrito, deputado Ademar Traiano.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (Pela Ordem)

Senhor presidente, estou aqui para comunicar à Casa e à Presidência, que o deputado Luiz Carlos Alborghetti está passando por uma cirurgia nas gengivas e pediu-me que justificasse a sua ausência. Ele está no médico neste instante. Ele é uma pessoa muito responsável, e é um dos que nunca se ausentou desta Casa. E, sentindo-se mal por não estar presente, pediu que eu justificasse sua ausência.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Devidamente comunicado e a Mesa faz questão que o nosso colega, deputado Luiz Carlos Alborghetti se restabeleça o mais rápido possível.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas uma questão de esclarecimento, até para os senhores parlamentares, de que nós estamos hoje no primeiro dia de teste do som da Casa. Por isso, as dificuldades que estamos enfrentando neste momento. A qualidade do som não é boa e nós estamos com a equipe fazendo um treinamento com os nossos funcionários, para que possamos deixar o som em perfeitas condições e dando boas possibilidades de trabalho aos senhores parlamentares.

Então, esperamos obter a compreensão dos senhores deputados para que entendam o problema que estamos enfrentando neste momento. Acredito que daqui a dois ou três dias teremos o som funcionando perfeitamente.

Era isso que eu queria esclarecer, senhor presidente, como 1º secretário.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra, o deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Uso a tribuna nesta tarde de hoje, retomando as atividades do período legislativo, esse que com certeza será

um período marcante, um período em que esta Casa deverá discutir grandes temas de interesse da política paranaense, da população paranaense, uma vez que estamos vivendo um período de véspera de um processo eleitoral.

Mas, uso a tribuna para fazer aqui algumas considerações ao pronunciamento do eminente governador Jaime Lerner, na tarde de ontem, nesta Casa, onde, através da sua peça oratória, apresentou ao Paraná, na verdade, uma retrospectiva daquilo que realizou ao longo do período em que governa o Estado do Paraná, entre os anos de 1995 até o ano de 2002.

O Paraná pôde sentir de perto as profundas transformações ocorridas neste Estado, fruto de uma administração inteligente, capaz, de uma visão muito ampla, de uma visão de enxergar um horizonte maior, de não ficar apenas limitada ao governo de um universo apenas restrito ao Estado do Paraná, mas uma administração que teve uma visão de futuro e quem, na verdade, projetou o Estado do Paraná para todo o Brasil, através da transformação do perfil da economia deste Estado.

O governador Jaime Lerner pôde mostrar ao Paraná, na tarde de ontem, os avanços em todos os segmentos da sociedade paranaense, registros considerados importantes para todos nós.

(Manifestação nas galerias)

Senhor presidente, com a sua permissão e dos nobres pares, eu me curvo à vaia, porque aí em cima, com certeza, não são os professores do Paraná.

(Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A Presidência solicita mais uma vez, encarecidamente, para que os nossos visitantes, que sempre são bem-vindos, prestigiem a Sessão da Assembléia Legislativa. Agora, por gentileza, queiram respeitar o orador que está na tribuna.

A Presidência não vai permitir manifestações: nem a favor, nem contra. Não é a Presidência, é o Regimento Interno da Casa. Por gentileza, assistam a Sessão, mas em silêncio.

Com a palavra, o deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Muito obrigado, senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Continuamos a nossa exposição de registros.

Na tarde de ontem o Paraná pôde sentir de perto as transformações profundas acontecidas durante o curso desta administração implementada no Estado do Paraná, de mudanças profundas na economia do nosso Estado.

Acompanhamos, aqui, neste Plenário, durante todo o ano passado, pronunciamentos enfáticos, pronunciamentos, na verdade, entusiastas, empolgados, que...

(Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Presidência solicita mais uma vez às galerias: por gentileza, senhores visitantes, ou comportem-se como seres humanos, como visitantes, ou teremos que tomar uma providência.

Por gentileza, respeitem, aqui é um Poder e a Presidência não vai permitir, de forma nenhuma!

Está com a palavra o deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Retomo o meu discurso para dizer o seguinte: no ano passado vivemos, aqui, acalorados momentos de discursos empolgados, em que tentava a Oposição vender ao Estado do Paraná, à população paranaense e aos brasileiros, porque não dizer, que o Estado do Paraná encontrava-se numa situação praticamente de penúria financeira, que o governo do Estado não chegaria ao final do ano pagando folha de pagamento ao funcionalismo público estadual, de que não cumpriria com os seus compromissos normais assumidos no curso do seu governo e dos governos anteriores que se instalaram no Paraná.

Pois bem, diziam aqui os senhores deputados de Oposição que o governo precisava vender a Copel para suprir o seu caixa, para suprir as necessidades financeiras que vivia o Estado naquele momento.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu só gostaria que o senhor pedisse ao nobre orador que usa a tribuna que lesse com atenção o que diziam os membros do governo quando diziam que tinham que vender a Copel porque não tinham condições...

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não cabe a questão de ordem nem apartes no Pequeno Expediente.

Continua com a palavra o deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

É verdade, senhor presidente, que a Oposição na oportunidade tentava vender ao Paraná que o Estado vivia uma situação paupérrima, de dificuldade econômica, que não cumpriria compromissos de pagamento de folha de pagamento, de 13º, enfim de...

(Vozes paralelas)

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, pela ordem!

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, eu estou com a palavra e gostaria de pedir...

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, indago a V. Exa. se o espaço que o nobre governista ocupa na tribuna é Pequeno Expediente ou Grande Expediente?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Pequeno Expediente.

O SR. NEIVO BERARDIN

Quanto tempo ele ainda tem?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ele falou até agora cinco minutos e serão descontadas as interrupções, é lógico, e a Mesa está controlando. Na hora que der os cinco minutos, corta o som.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, eu vou usar, com a sua permissão, o espaço, inclusive, do PSDB, se for necessário, da liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Assim que V. Exa. concluir o seu pronunciamento o som será cortado pela Mesa.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Agradeço a deferência especial da Mesa.

Pois bem, senhores deputados, diante de tudo aquilo que já acabei de colocar, o que nós testemunhamos e presenciamos no Estado neste momento, é que na verdade o tiro saiu pela culatra. O Paraná vive um momento de êxtase. O Paraná, diante desta revolução industrial implementada pelo governador Jaime Lerner, passa a viver um momento extraordinário. Nós, definitivamente, em função da mudança da legislação federal em que se abre oportunidades para podermos colocar a Copel de uma forma competitiva diante de todas as demais empresas energéticas do país, definitivamente o governo toma a decisão de não mais privatizar a Copel para provar aos paranaenses...

(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Por gentileza, senhores visitantes, é a quarta vez que a Presidência solicita encarecidamente aos nossos visitantes que se os senhores e as senhoras que aqui estão presentes não se comportarem em silêncio, nós vamos aplicar o que determina o Regimento Interno e vamos esvaziar as galerias, ou se não, suspender a Sessão.

Se os senhores quiserem assistir à Sessão, por favor se comportem em silêncio e vamos respeitar o deputado que está na tribuna!

Isto aqui é um Poder, o Poder Legislativo do Estado do Paraná e nós temos que respeitá-lo como tal!

Continua com a palavra o deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Para não me estender, retorno aqui àquilo que já havia dito de que o governo do Paraná definitivamente toma a decisão de não privatizar mais a Copel, até porque a legislação federal deu as condições para que nós colocássemos a Copel diante deste novo momento que estamos vivendo e para demonstrar aos paranaenses que a privatização da Copel não era para suprir caixa, tanto é que o governo começa a desenvolver grandes e extraordinários programas no Estado do Paraná.

Independente de venda ou não da Copel. Começa a fazer um extraordinário programa de restauração de rodovias novas, no Estado do Paraná, com investimentos na ordem de 400 milhões de reais esse ano.

Senhor presidente, senhores deputados, nós temos vivido nesse período, nesse início de ano, um momento magnífico. Os prefeitos estão sentindo o quanto é importante a presença do governo e do político.

Apenas nesse mês, dentro de um programa de 200 milhões de reais, o governo vai experimentar investir em obras diretas nos municípios paranaenses.

Nesse mês de fevereiro, quase 100 prefeitos já passaram pelo Palácio Iguaçu, para assinarem os convênios das obras importantes, para o contexto econômico dos nossos municípios.

Na nossa região Sudoeste do Paraná, dezenove prefeitos comigo estiveram assinando mais de 100 obras, obras essas que acontecerão diretamente no município, para melhorar a infra-estrutura, em todos os segmentos, sejam eles: no interior, na cidade, no bairro, nas áreas do transporte, saúde e educação.

Senhor presidente, senhores deputados, quero deixar registrado que o governo Jaime Lerner, na região Sudoeste do Paraná, no curso desses sete anos, fez investimentos que com certeza nenhum governo, até esse momento, pode ser comparado com ele. Nesse ano, apenas, inicia-se na nossa região, obras de restauração de asfalto e novas obras, mais de 40 milhões de recursos que serão investidos a partir de agora.

É importante que se registre, sim, que nós estamos fazendo a felicidade dos prefeitos e, por extensão, da população de nossa região do Sudoeste do Paraná.

Por isso, é importante que façamos, aqui, o registro, nesta Casa, de que o Paraná não é aquele Estado que tentaram vender à população paranaense, de um Estado em condições precárias, com a sua saúde financeira comprometida, de um Estado que não iria cumprir os seus compromissos.

Graças a Deus, o Estado do Paraná hoje tem seus compromissos honrados com os prefeitos, com o funcionalismo público paranaense. Temos algumas deficiências, sim, há de se admitir, mas elas serão corrigidas no curso desse ano.

Senhores que estão na platéia, com todo o respeito a V. Exa., o governo do Paraná, entendemos e reconhecemos, tem algumas deficiências a serem sanadas, no Estado do Paraná com relação ao nosso funcionário ou

algum segmento. No curso desse ano, com certeza, com as condições financeiras que o Estado está vivendo, haveremos de encerrar esse ano, um Estado em condições de governabilidade, não apenas para o governo Jaime Lerner, mas para os futuros governadores que virão.

O governador, na tarde de ontem, deixou aqui muito evidenciado o número que está em uma caderneta de poupança, dos investimentos nos processos de industrialização do Estado - mais de 800 milhões de reais depositados na Caderneta de Poupança, que não servirão para o governo Jaime Lerner, mas, com certeza, servirão para os futuros governos que virão.

Aí está a grandeza desse governador, que considero um estadista pelas revoluções que implementou no Estado do Paraná, em todos os segmentos.

Por essa razão ocupo a tribuna, senhor presidente, senhores deputados, para dizer que os paranaenses sentirão saudades do governador Jaime Lerner, muito em breve!

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero pedir a V. Exa. e evidentemente pedir também aos nossos ilustres visitantes, a compreensão para a manifestação de V. Exa. quando invoca o Regimento, mas pedir muito especialmente a V. Exa. que dê aos nossos visitantes, se possível, que foi dado ontem ao governador Jaime Lerner, quando aqui, desrespeitando, ele sim, o Regimento da Casa cometeu um grave equívoco que solicito a V. Exa., inclusive, que repare esse equívoco; ainda há tempo.

Seria esta solicitação que faríamos ao presidente Hermas Brandão ontem em questão de ordem, porque, se não cabia ao deputado Nereu Moura, no meu entendimento, cabia ao deputado pedir uma questão de ordem, poderia o presidente negar, como a mim negou, no meu caso, tudo bem, pedi, não me deu, tudo bem! O deputado Nereu Moura pediu, não teve o questionamento do presidente, mas o governador ofendeu com palavras e gestos a pessoa de deputado Nereu Moura, e naquele momento a Assembléia, pelo seu conjunto, aceitou passivamente.

Então, eu solicito a V. Exa. que dêem aos nobres visitantes o mesmo tratamento de carinho e respeito que se deu ontem ao governador, de aplauso inclusive que se deu ao governador, e que ainda é tempo de a Presidência da Casa, seja através de V. Exa. ou do presidente Hermas Brandão, determinar que se retire das notas taquigráficas da Sessão de ontem as palavras ofensivas do governador Jaime Lerner endereçadas ao deputado Nereu Moura, no meu entendimento fruto de um equívoco do governador, porque muitas vezes já vi o governador bravo, mas não destemperado como estava na tarde de ontem.

Então, eu solicito que V. Exa. dê à nossa platéia o mesmo tratamento que foi dado ao governador, ontem.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós queremos informar à Casa que ontem foi uma Sessão Solene, uma Sessão Especial, e hoje é uma Sessão

normal de trabalho. E nós não permitiremos, nem essa presidência, nem o presidente Hermas Brandão, e a V. Exa. quando presidia esta Casa, que qualquer deputado fosse desrespeitado pelos visitantes.

Fica registrado o seu protesto, deputado Orlando Pessuti, e fica nos Anais da Assembléia, e a Presidência pede mais uma vez às nossas galerias, aos nossos visitantes, por gentileza, é a última vez, não vou pedir mais, silêncio e respeito aos senhores parlamentares. Não vou pedir mais, vou aplicar o Regimento Interno daqui para a frente.

Esta Presidência suspende a Sessão por alguns minutos conforme determina o Regimento Interno.

(Está suspensa a Sessão.)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Declaro reaberta a Sessão.

O próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

É com muita alegria e satisfação que nesse dia 19 de fevereiro de 2001, iniciamos os trabalhos do último período Legislativo.

É com muita alegria, senhor presidente, que uso a tribuna para falar a respeito de um assunto polêmico, palpitante, que desperta paixões, mas principalmente, que era a grande preocupação de todos os funcionários públicos do Estado do Paraná.

Foi enviado a esta Casa no início do ano passado um projeto de lei criando o Plano e Saúde dos Servidores Públicos Estaduais do Paraná.

Como membro da Comissão de Saúde, fui designado relator desse projeto, e acompanhado do presidente da Comissão de Saúde, deputado Luiz Accorsi, e dos deputados que compõem a Comissão, pudemos, durante todo o ano que passou, trabalhar no sentido de viabilizar o melhor Plano de Saúde para os funcionários públicos do Estado do Paraná. Conversamos com os representantes das diversas classes funcionais dos funcionários públicos do Estado do Paraná, marcamos inúmeras reuniões na Comissão de Saúde desta Casa, conversamos com os segmentos envolvidos na questão da saúde, com os médicos, os prestadores de serviços, tais como hospitais, clínicas laboratórios de análises, laboratórios radiológicos

Qual é a preocupação? Que nós pudéssemos ter um Plano de Saúde que realmente funcionasse, porque de nada adianta ter um plano de saúde que seja bom para um lado e ruim para o outro. Ou seja, que seja ruim para os funcionários públicos e seja bom para aquele que presta o serviço. O Plano teria que ser bom para os dois. Teria que ter um pagamento que fossem capazes os funcionários de suportar, por outro lado, os prestadores de serviço também teriam que receber uma remuneração condizente

com o seu trabalho, para que nós pudéssemos somar as duas contas e ter o que mais queremos, que é um bom atendimento aos funcionários públicos do Estado.

Visitamos a unidade do IPE, visitamos a unidade do IPE de Curitiba, e visitamos a unidade do IPE de Londrina, que são os dois únicos ambulatorios que existiam do extinto IPE. Pudemos ver que o atendimento que era feito; atendimento feito até com sacrifício por parte daqueles profissionais, e o que é mais importante, a grande maioria dos funcionários públicos estaduais não tinham atendimento, porque se quisessem tê-lo, teriam que se locomover a Curitiba ou Londrina para serem atendidos nestes ambulatorios. E mais, a rede hospitalar, a rede prestadora de serviços do nosso Estado não estava atendendo aos segurados do IPE em função da inadimplência do governo do Estado para com ela.

Digo-lhes: não era uma inadimplência recente. Era uma coisa antiga. O IPE já vinha com problemas há muitos anos e nós sabemos, eu sei porque também sou funcionário público. Todos nós recolhemos por muito tempo, a contribuição previdenciária, imaginando que estivéssemos pagando pelo atendimento à saúde e pelo pagamento da garantia da nossa aposentadoria e a filosofia da criação do Instituto de Previdência do Estado, era prevendo o pagamento das aposentadorias. Então o IPE já vinha com problemas há muitos anos.

Pois bem. Além das visitas que fizemos aos ambulatorios aqui no Paraná, tivemos o cuidado de visitar outros Estados. Fomos ver como funciona o atendimento à saúde naquelas Unidades da Federação.

Vou dar exemplos próximos de nós: São Paulo, onde visitamos não só o governo do Estado, como também a Prefeitura Municipal, que tem 500 mil funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Damos um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Uso o Horário da Liderança do meu Partido.

Quero dizer que nenhum Estado e nenhuma Prefeitura oferecem aos funcionários públicos um Plano de Saúde.

Nós, como relator, ouvimos os funcionários e sabíamos das dificuldades que existiam por parte de um pagamento, por menor que fosse.

Levamos essa preocupação ao governo do Estado e ao secretário de Administração e sua equipe. Esse projeto sofreu uma Emenda Modificativa na Comissão de Saúde, onde fui relator, melhorando muito aquele projeto mas ainda não era o projeto do sonho de todos os funcionários.

Pois bem, esse projeto não foi votado no final do ano passado, e mesmo no período de recesso continuamos com as ações junto ao governo do Estado, tanto eu quanto o deputado Accorsi, presidente da Comissão de

Saúde e conseguimos viabilizar uma maneira em que os funcionários públicos não vão pagar nada pelo atendimento à saúde. Na verdade, isto é um sonho, e eu tenho o maior prazer e a maior satisfação de receber todos os interessados em discutir ainda este Plano de Saúde na Comissão de Saúde para que possamos mostrar os avanços conseguidos. Por exemplo, qualquer funcionário público poderá ser atendido em qualquer hospital de qualquer cidade do Estado do Paraná. Não precisa ser somente naquele hospital que será credenciado mediante uma concorrência pública.

Quero dizer que é com alegria, com satisfação e com júbilo que vejo chegar até esta Casa este projeto instituindo esse plano de saúde gratuito a todos os funcionários públicos do Estado do Paraná, que não vão precisar pagar nenhuma mensalidade, que terão tantas consultas quantas necessárias, que farão qualquer exame laboratorial, radiológico e qualquer tomografia e será custeada pelos cofres do Tesouro do Estado!

Eu quero, além de parabenizar o governo do Estado por ter se sensibilizando com esta questão ao instituir este Plano de Saúde, gratuito a todos os funcionários do Estado (é importante que se diga), porque antes, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quando funcionava o IPE, todos lembram, porque eu lembro muito bem ao fazer uma consulta, ao fazer um exame ou quando tínhamos uma internação hospitalar, 30% do valor nós tínhamos que recolher ao profissional que prestava aquele serviço. E hoje esses valores não existem mais. As pessoas receberão um tratamento gratuito, senhor presidente!

Por isso, quero parabenizar o Governo do Estado por essa iniciativa e quero convidar todos os funcionários que queiram discutir, porque nós já demos essa oportunidade durante todo o ano passado em diversas reuniões na Comissão de saúde, e quero dizer, senhor presidente com tristeza, que foram poucos os funcionários que compareceram às reuniões para que pudéssemos discutir o plano de saúde. Mas o convite está feito, para que venham até a Comissão de Saúde para que possamos prestar mais esclarecimentos e mostrar as vantagens que todos os funcionários públicos, e aí me incluo porque também sou funcionário público, em ter o atendimento gratuito pago pelo Tesouro do Estado.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente peço pela ordem e aproveito para fazer um comunicado, tanto aos meus companheiros deputados estaduais e aos servidores públicos do Estado do Paraná.

As universidades estão em greve já há 5, 6 meses. Todos nós sabemos que a demanda que fez com que os servidores entrassem em greve é por melhorias das condições de trabalho, remuneração dos seus salários, reajuste dos seus vencimentos, planos de cargos e salários, que todos nós conhecemos.

Nesses 5, 6 meses nunca as negociações aconteceram, e o impasse continua até hoje.

O Governo do Estado manda um projeto para a Assembléia que trata da autonomia, trata da modificação da natureza do ensino público superior do Estado do Paraná. Mas sabemos que não há nenhuma perspectiva da solução desse impasse prevista no projeto de lei, que o governo pretende mandar para esta Casa.

Nesse dia de hoje, o presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão, representantes das universidades públicas estaduais em greve, entidades representativas dos servidores, tanto do Estado do Paraná quanto de outras unidades da Federação, presidente da Central Única dos Trabalhadores que é professor e que participou da solução do impasse do ensino superior do nosso País, das universidades federais, no ano passado.

O presidente da Assembléia se dispôs a, ainda hoje e amanhã, tentar conversar como governador do Estado para que ele reabra a perspectiva de um canal de negociação com os servidores públicos das universidades do nosso Estado.

Sabemos que nesses anos todos, se a universidade pública do nosso Estado, mesmo com todas as dificuldades do ponto de vista financeiro, no montante geral, porque cresceu vegetativamente o custo do ensino no nosso Estado, é verdade, o salário dos professores não teve reajuste e nem dos servidores. E o que é mais orgulho para nós é que a qualidade do ensino superior no Estado do Paraná cresceu nesses últimos 7, 8 anos, mesmo com as dificuldades salariais e de estrutura para as universidades públicas do nosso Estado.

Então, os servidores estão de parabéns pelo bom trabalho que têm prestado para o Estado do Paraná, para a construção da cidadania, para a construção do ensino público do nosso Estado.

Acho que o nosso papel e de todos os deputados estaduais não é nem defender os servidores e nem defender o Governo do Estado: é buscar uma solução para que o impasse seja superado porque o que está em jogo não é o governador Jaime Lerner e nem os professores; é o ensino público do Estado do Paraná, é o ensino para os nossos filhos, é a construção das novas gerações que está em jogo.

Por isso, faço um apelo aos deputados da base do Governo para que apóiem o presidente da Assembléia Legislativa, para que o Governo do Estado se sensibilize e que abra um canal de negociação e que a Assembléia possa ajudar.

É o apelo que faço e o comunicado que trago da disposição do presidente da Assembléia, com objetivo de tentar superar este impasse entre o Governo e servidores públicos do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhores deputados.

O pedido de ordem do deputado Vanhoni tem procedência e há uma preocupação por parte de todos nós. Acho que nós, como deputados estaduais, temos realmente que daqui para frente passarmos a ser uma questão primordial nessa questão da greve nas universidades estaduais do Paraná.

Estou usando o expediente para estar cumprimentando os deputados pelo início dos trabalhos de 2002, final de mandato, e na condição de relator que está investigando o ensino superior do Paraná. A Comissão proposta no finalzinho de novembro. Depois em dezembro, em função do recesso e em função da greve nas universidades, a Comissão Especial ficou estagnada, sem condições realmente de manter a sua tramitação normal, haja vista que a maioria absoluta para as informações necessárias para o prosseguimento da Comissão estão nos campos que estão paralisados em função da greve.

O deputado Ribas Carli que preside a Comissão - na minha condição de relator, já marco para a próxima segunda-feira, quem sabe já na próxima segunda-feira a primeira visita da Comissão ao campus universitário da Universidade Estadual de Londrina - casualmente a minha cidade.

Então, queria até, para informar à imprensa e às pessoas interessadas, que este é um momento muito importante para que a Comissão dê prosseguimento, porque é uma forma, sobretudo, de a população do Paraná ter conhecimento do que é que o Estado do Paraná vem gastando com o ensino superior.

Só para se ter uma idéia, enquanto o Estado do Paraná tem apenas uma universidade federal, o Rio Grande do Sul tem 6, o Rio de Janeiro tem 12 e Minas Gerais tem 16. E nós estamos aqui, o Estado do Paraná, subsidiando o ensino superior!

Acho que essa é uma campanha que tem que ser de cada um de nós, inclusive da sociedade civil organizada, porque, se o governo federal obriga ao Estado do Paraná que mantenha este nível que temos aqui de atração para que alunos de outros Estados venham para cá fazer seu curso superior, o governo federal tem que subsidiar e tem que ajudar para que a gente também entre nesse impasse de uma reivindicação justa por aumento salarial dos professores universitários, por uma reivindicação justa do funcionalismo.

Acho que é uma questão de conscientização, e apesar da nossa Comissão não estar tratando da questão da greve mas do que se gasta com ensino superior no Estado do Paraná, poderá chegar a essa conclusão: o Estado deve fazer uma para, quem sabe até, o próximo governo, termino deste ano e início de um novo período, com novo presidente da República, para que o Estado do Paraná, que é hoje o quarto na Federação em crescimento, passamos o Rio Grande do Sul, que nós tenhamos pelo menos condições de termos aqui mais duas universidades federalizadas, porque não é possível que o Estado do Paraná

só tenha a Universidade Federal do Paraná e o Estado tenha esta quantidade enorme de gastos em cima do ensino superior.

Então, só para comunicar a V. Exa. e aos demais deputados, que amanhã a Comissão já estará fazendo uma pauta para a visita nas universidades de Londrina, Maringá, a Unioeste de Cascavel e Ponta Grossa. Vamos iniciar já, quem sabe, na segunda-feira a visita a universidade Estadual de Londrina, a UEL.

Era isso, senhor presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, prezados visitantes que nos honram nesta tarde.

Temos a satisfação de comunicar de maneira oficial à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que na tarde de ontem protocolamos a Emenda Constitucional nº 01/2002 de autoria dos deputados que dão sustentação política ao Governo Jaime Lerner, nesta Casa, Emenda constitucional que veda expressamente a privatização do setor de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, no Estado do Paraná. Uma emenda constitucional embassado naquilo que falamos ao longo desse ano, da manifestação expressa do governador Jaime Lerner, de não mais privatizar a Copel e em cima do discurso que, desta tribuna defendemos, inclusive temos todas as gravações, tudo registrado, nos Anais desta Casa, que se fazia necessário, naquele momento a privatização da Copel, em função das determinações e orientações do Governo Federal, das restrições impostas pelo Banco Central, através da Resolução nº 2515, que vedava o empréstimo de BNDS, de organismos nacionais e internacionais às empresas de energia elétrica do Brasil, as empresas estatais.

Ainda por determinação de uma lei aprovada no Congresso Nacional no ano de 1995, que previa o final do monopólio em janeiro de 2003, acabando com o monopólio exercido por todas as empresas estatais de energia elétrica, inclusive da Copel, ela perderia competitividade, perderia faturamento a partir dos próximos anos. E que, buscando preservar os interesses maiores da sociedade paranaense preservar o patrimônio da sociedade paranaense, seria oportuno preservar a Companhia, naquele momento.

Entretanto, após os episódios ocorridos no dia 11 de setembro, após a decisão do Governo Federal de não mais pôr fim ao monopólio das empresas estatais de energia elétrica, após a decisão do Governo Federal de flexibilizar que as companhias estatais de energia elétrica possam contrair empréstimos nacionais e internacionais, tornando não só a Copel mas as companhias estatais de energia elétrica, de todo País novamente competitivas, achamos que seria conveniente não somente ter uma

posição simplista de revogar a lei que autorizava a privatização da Copel, entenderam os deputados que dão sustentação política ao Governo Jaime Lerner, nesta Casa, que seria oportuna uma Emenda Constitucional. Não só revogar, mas vedar, expressamente, proibir, terminantemente, a privatização da geração da energia elétrica, da distribuição e da transmissão da energia elétrica no Estado do Paraná.

Fico feliz ao ver que também os deputados da Oposição e vi agora, ali, na tribuna de imprensa o deputado Nereu Moura apresentar uma emenda semelhante à nossa. Não conheço o teor da emenda, mas poderemos tomar, Oposição e Situação, que teve a iniciativa da Emenda Constitucional, porque antes da nossa emenda constitucional, falava-se somente na pura e simples revogação da lei, o que permitiria que quase somente na pura e simples revogação da lei, o que permitiria que qualquer outro governo pudesse, a qualquer tempo, por conveniência financeira, política ou eleitoral, simples novamente, por maioria simples, autorizar a privatização da Copel.

Então, resolvemos por bem proibir que seja privatizada, não só neste governo, mas nos futuros que sucederão o governador Jaime Lerner, a distribuição, a transmissão e a geração de energia. E como esta nossa emenda constitucional terá preferência às demais apresentadas, convido...

O Sr. Cezar Silvestri

Permite-me um aparte?

O SR. DURVAL AMARAL

Acho que não é permitido, deputado César Silvestri, senão com prazer lhe concederia.

Logo, peço aos demais deputados, também da Oposição, que possam, quando da apreciação dessa emenda, que poderemos tramitá-la com a maior brevidade possível, com relatoria sempre precisa, eficiente e competente do deputado Caíto Quintana - se assim entender o presidente desta Casa - trazermos essa emenda constitucional ao Plenário, para que ela possa ser votada, aprovada, e não se permitindo mais, em governo algum, em tempo algum, a privatização da distribuição, da geração e da transmissão da energia elétrica no Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Só para recordar ao deputado Durval Amaral que esta proposta eu apresentei e inclusive ocupei a Tribuna, na legislatura passada, citando que apresentaria à Assembleia Legislativa uma Emenda à Constituição, seguindo o exemplo do que ocorreu em Minas Gerais, inclusive vários deputados se pronunciaram naquela tarde. Lembro-me bem do deputado Moysés Leônidas, que falou que, independentemente de o Governo vender ou não a Copel, ele não votaria favoravelmente.

Então, esta proposta partiu da Oposição, e não do deputado Durval Amaral, como ele está dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Grande Expediente, com a palavra o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados, acabo de assistir ao espetáculo do líder do Governo, que com alegria vem e diz que vai proibir a venda da Copel, com mudança na Constituição...

Gostaria de comunicar ao líder de Governo que em 1995 o Estado possuía 85% e alguma coisa de patrimônio da Copel. Hoje, possui 31%. E ainda vem e dá show! Gostaria também, que o líder do Governo, por gentileza, nos repasses a conta que o estado administra, de recursos do FUNDEF. E, por gentileza passe o número da conta, visto que a Lei de Responsabilidade Fiscal e visto que a lei específica do FUNDEF exige isso. E a todos os municípios é cobrado, que tenham uma conta específica para administrar o FUNDEF.

Queria também lembrar ao líder do Governo que no contrato de refinanciamento da dívida do Governo, no item 06, no que diz "investimentos", o Governo do Paraná assinou um contrato com o Governo Federal se obrigando a investir no máximo 9% em investimentos, sendo que investiu, no ano de 2000, 77% da receita líquida.

No entanto, senhor presidente, senhores deputados, sobretudo os deputados de Curitiba e da Região Metropolitana às posições do governo Lerner na sua prestação de contas, hoje não vou me deter neste assunto.

Reservei este espaço do Grande Expediente para ler aos senhores deputados uma nova alternativa que temos para o transporte de Curitiba e Região Metropolitana. Então senhores deputados, "ainda é madrugada, mas boa parte dos moradores de Curitiba e região Metropolitana já está indo para os pontos de ônibus. Só levantando muito cedo é possível chegar em tempo no trabalho. Tanto na ida quanto na volta a mesma realidade, ônibus lotado, falta de conforto, acidentes.

O trânsito cada vez mais complicado. somente no ramal central são mais de quatro terminais de ônibus da cidade de Curitiba e da Região Metropolitana. O caos é inevitável. Há ônibus demais circulando pelas ruas do centro de Curitiba, gerando um tráfego lento, irritante, e tornando a vida dos motoristas um verdadeiro inferno.

Esta é a realidade do usuário do transporte público de Curitiba e Região Metropolitana. Há muito tempo está ultrapassado e já não atende mais às necessidades da população.

Por incrível que possa parecer existe uma solução econômica e tecnicamente viável para acabar com tudo isso e está bem diante dos nossos olhos. Há mais de 100 quilômetros de linhas férreas que cortam a nossa Curitiba. Partindo dessa estrutura e seguindo os mais rigoro-

sos critérios de segurança na vanguarda da engenharia e da arquitetura, o transporte metropolitana por trens elétricos, largamente utilizado nos mais desenvolvidos países, do mundo é a melhor alternativa.

São máquinas modernas, e possantes, porém silenciosas, e por serem movidas por energia elétrica não poluem o meio ambiente. Portanto, ecologicamente corretas. Cada trem poderá transportar de uma só vez, 700 passageiros com conforto, rapidez e segurança, levando o usuário para o trabalho com agilidade. A viabilidade técnica é incontestável. As novas linhas a serem construídas ao lado das já existentes, de modo algum atrapalharam o transporte de cargas ou passageiros de trens administrados pela América Latina Logística, visto que há espaço suficiente para a construção de duas novas linhas.

O local para implantação está preparado e não vai demandar os demorados processos judiciais de desapropriação que têm elevados custos. Serão construídos 8 estações e as várias já existentes nas cidades da região metropolitana só passarão por uma rápida reforma.

O entendimento entre o governo estadual e a Rede Ferroviária Federal para construção dos espaços, não teremos grandes dificuldades, já que atende os interesses sociais.

Como estação central localizada num amplo espaço localizado na rodoferroviária, a integração do transporte coletivo metropolitano com ferroviário estadual estaria completo.

Assim, os passageiros que desembarcarem neste terminal central poderão aí mesmo tomar o trem elétrico com destino a qualquer ponto da cidade ou da região metropolitana. Pelo menos um milhão de pessoas seriam diretamente beneficiadas. Somente a região Metropolitana, senão vejamos na zona Norte, alcançando os municípios de Colombo, Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, pelo menos 370 mil passageiros por dia.

Na zona Sul, passando por Araucária, Contenda, Mandirituba, Fazenda Rio Grande, pelo menos 200 mil pessoas beneficiadas.

Na zona Oeste, 180 mil habitantes que residem em Campo Magro, Campo Largo e região poderiam utilizar esta nova modalidade de transporte.

Por fim, na zona Leste, São José dos Pinhais, Piraquara, quase 400 mil usuários-dia. Isso tudo, sem contarmos os mais de 1 milhão de habitantes da nossa capital. Todo esse projeto deverá funcionar com um tarifa de, aproximadamente, 0,50 centavos. E, as obras totalmente construídas estão orçadas um pouco mais de 70 milhões de dólares. Só será necessária a construção de um pequeno trecho de 14 quilômetros ligando o bairro Tatuquara a Rio Branco do Sul. Já o metrô, que está sendo proposto pelo prefeito Cássio Taniguchi, tem um custo inicial estimado em 800 milhões de dólares. Somente o primeiro trecho de 13 quilômetros e que passa pela BR-116, está orçado em 270 milhões de dólares. Por menos de 10% desse valor a população de Curitiba e região

poderá ter um transporte com, qualidade e com a tarifa mais justa.

Com auxílio da equipe técnica e que nossas afirmativas estão respaldadas com estudos técnicos do engenheiro Airton Cornelsen, então diretor da SubSul, o qual contratou uma equipe de especialistas em transporte, chefiado pelo engenheiro Peter P., e constatou que Curitiba tem o melhor sistema pronto do mundo, atendendo os interesse de toda a Região Metropolitana.

Desde já estão convidados os prefeitos interessados, Crea e demais entidades que estiverem engajadas nesse novo desafio, de solucionar o problema de Curitiba com o transporte coletivo.

Senhores deputados, não podemos pensar numa Curitiba grande sem antes pensar na Grande Curitiba.

Vejam, senhores deputados (expõe um prospecto).

O espaço existe conforme projeto já mencionado, e mostra com clareza e simplicidade como se resolve o problema de toda uma região. Assim como tem na Itália, Barcelona e Portugal, assim como tem o sistema de transporte elétrico sobre trilhos em países de primeiro mundo.

Estamos aqui assistindo um triste espetáculo de greves e mais graves. Um ônibus grudando no outro no centro da cidade. A cidade está um caos. E os governantes só se interessam em adquirir empréstimos com altos juros, com o suor do povo trabalhador do nosso Estado.

Quero chamar a atenção dos senhores deputados que a Rede Ferroviária Federal tem esse espaço de 13 metros de largura. Não será necessário desapropriar nada. Simplesmente, construir duas linhas, dois trilhos para um trem que vai e outro que vem. O passageiro teria a hora de partir e de entrada. As estações sempre estão ao lado das rápidas. O cidadão pode descer do trem e tomar um ônibus. O cidadão pode tomar o ônibus e ir para uma estação de trem.

Não estão vendo que temos uma solução viável? Técnica e economicamente, nem se fala.

Por isso, queria hoje trazer a esta Casa, tendo em vista que tenho procurado divulgar esta bandeira, e naturalmente, vamos procurar realizar um seminário para debatermos com entidades, com o Crea, Instituto de Engenharia e Arquitetura; enfim trazer debatedores de São Paulo, Rio de Janeiro, que já possuem o sistema, para debatermos essa nova alternativa, porque não podemos nos calar diante da possibilidade de um empréstimo de 800 milhões de dólares, que vem sendo gasto em projetos inúmeros, milhões, e quem pagará essa conta não será o prefeito Cássio, nem o governador Jaime Lerner, nem o secretário, esse ou aquele, e sim o povo!

Quando o município compromete as suas finanças, compromete toda uma população, pois é evidente que um empréstimo feito para o transporte, pode ser uma solução para o transporte imediatista, mas com certeza, trará consequências para o município, porque a prefeitura terá menos disponibilidade financeira e de caixa para fazer frente a outros programas e outros interesses do cotidiano

e da vida do cidadão, de uma cidade, de um Estado, de um país.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado Neivo Beraldin, concede um aparte?
(Assentimento)

Deputado Neivo Beraldin, acho que toda idéia é interessante, mormente, quando traz assuntos referentes à capital do Estado, que já está estrangulada por um sistema de transporte coletivo que já está condicionada com o trânsito. Com o retorno, agora, dos alunos e praticamente, encerramento da temporada de praia, de férias, evidentemente, que toda alternativa é interessante.

Porém, causa certa curiosidade nesse seu projeto, que parece, pretende utilizar o ramal ferroviário já existente em Curitiba.

É bom lembrar, deputado Neivo Beraldin, que uma das lutas deste parlamentar, já quando ainda nem era vereador em Curitiba, era a desativação do ramal ferroviário que corta boa parte dos bairros de Curitiba, passando pelo Centro de Curitiba, pelo Cajuru, Cristo Rei, Indianópolis, Itupava, pela antiga Vila América, pela Colônia Argelina, Bacacheri, Juvevê, Boa Vista, Barreirinha, Santa Cândida, e daí já atingindo o município de Almirante Tamandaré.

Já há, inclusive, um entendimento com a América Latina Logística, com a própria Prefeitura Municipal de Curitiba e com prefeituras como Campo Largo, Campo Magro e Almirante Tamandaré, da desativação desse ramal que corta essa área à direita de Curitiba, substituindo por um novo ramal que vai percorrer por essa outra região.

Me parece que aí se abrirá uma nova avenida, que acho de fundamental importância, para desafogar o tráfego da Avenida Anita Garibaldi e conseqüentemente, da Rua Mateus Leme, que dão nova possibilidade para os moradores da região leste de Curitiba, no sentido de sair do tráfego bastante congestionado.

Mas, de qualquer maneira, deputado Neivo Beraldin, o seu projeto não deixa de trazer a esta Casa uma curiosidade, é o seu bonde elétrico, transporte elétrico. Vamos questionar, discutir, trazer à luz algumas idéias, para também verificar se de repente o projeto da Prefeitura de Curitiba, que é o metrô, se realmente este é o correto, certo e necessário.

Única coisa que me preocupa é que o seu projeto só ocupa os ramais ferroviários já existentes e deixará de atender uma grande parte dos moradores da Cidade Industrial, que vêm de Araucária, em função de que o ramal ferroviário corre muito por fora, pelo Jardim Paranaense, totalmente fora do projeto da prefeitura, que seria passar pela BR-116.

De qualquer maneira, cumprimento V. Exa. pela sua iniciativa e evidentemente, vamos discutir aqui nesta Casa, com as autoridades mais ligadas a esta área, para que possamos talvez até colaborar com o novo projeto que pretende colocar dentro da cidade de Curitiba.

O SR. NEIVO BERARDIN

Agradeço o aparte, deputado Algaci Tulio e gostaria de lembrar a V. Exa., que quando me referi que seria necessário a construção de quatorze quilômetros apenas, para integramos toda região, me referi, exatamente, aquela que sai aqui do Tatuquara, uma linha e vai para a Cidade Industrial, para a Vila Augusta, Vila Órleans, Lamenha Pequena e vai chegar em Rio Branco do Sul.

Exatamente, se valendo do linhão que temos ali. Exatamente, a energia que precisamos está ali em cima. É só colocarmos os trilhos em baixo; estaremos passando no meio do grande centro hoje, que é a Cidade Industrial de Curitiba.

O Sr. Algaci Tulio

Mas V. Exa. quer dizer então, que a linha passaria por baixo da linha de alta tensão da Copel? É proibido! Por questão de segurança!

O SR. NEIVO BERARDIN

Eu acolho a vossa opinião.

O bonde elétrico, o expresso elétrico existe no mundo inteiro.

No centro de Barcelona existe o bonde elétrico. Por que é que lá não é perigoso? Sabe qual é o risco que estamos correndo aqui, deputado Algaci Tulio, com esse projeto? Exatamente o perigo de ir contra o interesse dos americanos! Os americanos querem vender pneu; o mundo quer vender carro!

A confusão no mundo econômico é muito grande. No interesse econômico, é muito grande! Eles não querem a solução lógica e barata que é o transporte ferroviário, que é o transporte hidroviário!

O Sr. Algaci Tulio

Se me permite falar sobre o transporte hidroviário, deveria apresentar um projeto nos próximos dias, discutindo exatamente, o transporte hidroviário, que o Estado do Paraná tem grandes possibilidades e não está aproveitando isso.

Está perdendo para São Paulo.

O SR. NEIVO BERARDIN

Então, veja V. Exa que se nós repararmos as pontes, elas têm uma barriga que vai de encontro ao canal do rio.

Exatamente, para entender a exigência do Banco Mundial, dos americanos, que sempre liberam projetos de financiamento para investimentos na área que não atinjam o custo Brasil, que é exatamente, por exemplo: se formos discutir aqui, a riqueza do nosso rio Ivaí, que por 12, 15 quilômetros de uma vala, poderíamos chegar com nossa produção quando no Ivaí, no Paranapanema, caindo aqui em Araucária.

Esse projeto da hidrovía do Ivaí, é um projeto pronto desde 1994, e que na semana passada, estive em Porto Alegre, em uma reunião com os técnicos, e tinha

um representante do Banco Mundial que disse, olha, não vou participar dessa reunião porque eticamente me sinto desconfortável.

A questão da hidrovía do Ivaí é um absurdo. Se olharmos dentro do aspecto técnico, esse projeto é simplesmente uma barragem para conter aquela parte das figueiras, tornaríamos navegável uma parte muito grande, recuperando uma extensão enorme de terra para a população, terra fértil. Se nós imaginássemos que poderíamos construir uma hidrelétrica na Ilha Grande, que exatamente, está localizada no município de Guaíra, faz divisa com Paraná e Mato Grosso, nós poderíamos gerar um enorme volume de energia.

Aí é uma questão mais discutível, que é preciso ver o impacto ambiental dessa obra.

Mas, a obra de Figueira, é uma obra absolutamente viável tecnicamente, já projetada. A hidrovía do Ivaí, fez esse projeto, foi feito também pela Sudesul, projeto não apenas de viabilidade técnica e econômica, mas modificada, espaço, enfim, todas as necessidades inerentes de um projeto de engenharia.

Então, senhores deputados, nós estamos efetivamente, discutindo sobre transporte alternativo de massa de Curitiba e Região Metropolitana, mas entramos e acabamos discutindo a questão do transporte ferroviário.

Vejam, V. Exas que a Gazeta do Povo fez nesse domingo, um trabalho magnífico, um trabalho de campo, um trabalho que identificou a verdadeira viabilidade econômica e necessidade de toda uma região do Norte Pioneiro.

Refiro-me a Jacarezinho, Arapoti, aquela região que viveu grandes momentos da sua história, podendo transportar a sua produção através dos trilhos. E hoje, na mão da América Latina Logística, estes trilhos estão se perdendo, aquela estrutura que escoava a produção em um preço infinitamente mais barato, está hoje abandonado, enquanto estamos usando o pedágio rodoviário, dando lucro para as multinacionais e esquecendo o nosso patriotismo, que é de defender com unhas e dentes, com muito vigor aquilo que é mais lógico, mais viável, que é o transporte da nossa produção pelos trilhos do Paraná e pela hidrovía que Deus nos manda, que Deus nos dá por gravidade, a água para sustentar milhares de famílias, se utilizarmos um dia a hidrovía de Ivaí. Milhares de famílias terão ali terra fértil para seu plantio e terão irrigação, por gravidade.

E por quê? Não entendo porque estes temas não são discutidos, quando nos estamos procurando alternativas, sempre aquelas que oneram, que estressam, que dificultam, que é o caso de Curitiba no seu transporte.

Vejam a maluquice que é! E vejam quem é que paga a conta na reta final! É sempre o usuário de ônibus, que anda como sardinha em lata, que paga passagem sem consciência da sua planilha. E nós aqui não temos esse compromisso com a planilha de custo de Curitiba, mas temos o compromisso com a planilha de custo do transporte intermunicipal e aqui na Assembleia Legislativa

jamais chegou alguma coisa que explicasse porque a passagem daqui a Cascavel custa “y” ou não, ou daqui a Ponta Grossa.

Na verdade, temos um monopólio vergonhoso, temos uma planilha desconhecida e quem paga a conta é o povo. Ora! Se fosse me alongar, poderia começar a discutir dos seiscentos milhões de reais que esse governo gastou em publicidade e propaganda. Seiscentos milhões de reais, pasmem, senhores deputados. É dinheiro aqui e em qualquer lugar do mundo! Significa em torno de 2,5% da renda bruta do Governo do Estado, enquanto São Paulo gastou 0,06% da sua receita, enquanto a Bahia gastou 0,52% da sua receita.

Até quando senhores deputado? Até quando vamos ignorar os documentos escritos pelos técnicos do Tribunal de Contas e da Secretaria da Fazenda? Até quando nós vamos escutar os Conselheiros da Instância Superior que aconselham esta Casa ao mau comportamento, ao desconhecimento e à desinformação dos números reais apontados pelos técnicos do Tribunal de Contas?

Ora, senhores deputados! Está aqui um contrato assinado entre o Banco Central e o Governo do Paraná. Está aqui! Quem assinou pela Secretaria do Tesouro Nacional é o senhor Fábio de Oliveira Barbosa. Aqui está! Investimentos, aqui está a cartilha que o Governo do Paraná tem que seguir: 9,08% de investimento e o governo investiu 7 e poucos por cento!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Horário das Lideranças: PL, PSL, PPS.

(**Declinam**)

PDT. Com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Felizmente a bancada do Governo e principalmente a sua liderança e vice-liderança, deputados Ademar Traiano e Durval Amaral, aqui não se encontram. Encontra-se ao lado da Situação, o ilustre senhor 2º secretário, que é membro da nossa bancada do povo e passando agora o lado realmente que se identifica com a vontade da maioria da população do Paraná.

S. Exa. o governador, na tarde de ontem, fez com que esse Poder Legislativo ficasse marcado por uma posição na qual aquela autoridade maior do nosso Estado, não teve realmente a condição pela qual a sua postura, que é de governador, fosse ela tomada. S. Exa. ao invés de dirigir-se ao senhor deputado Nereu Moura, que solicitava, dentro do Regimento Interno que lhe permite, o aparte, fez com que a ela fossem dirigidas as suas reclamações. Deveria S. Exa. o governador dirigir-se ao presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, para ele, como autoridade maior deste Poder e daquela cerimônia, fizesse realmente a direção pela qual o Regimento, na pessoa do ilustre deputado Nereu Moura, ali esta sendo pedido.

S. Exa. o governador não portou-se condignamente para com esse Poder Legislativo, não com o deputado Nereu Moura, mas com o presidente da Casa Hermas Brandão que deveria naquela oportunidade posicionar-se, e infelizmente assim não o fez. O deputado Hermas Brandão, naquela oportunidade, faltou com que ele ilustrasse ao governador que quem poderia repreender o deputado seria, caso fosse necessário, ou mesmo oportunizar a palavra ao deputado Nereu Moura, o presidente Hermas Brandão.

S. Exa. o governador omitiu, além de fazer essa descortesia com o deputado Nereu Moura, omitiu.

O SR. NEREU MOURA

Permite-me um aparte, deputado?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Com muito bom gosto.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Zuk, agradeço a sua manifestação e quero dizer que em nenhum momento eu faltei com o respeito, com a elegância, com a costesia com quem quer que seja. Eu apenas me dirigi ao presidente da Casa pedindo a questão de ordem amparado pelo Regimento Interno da Casa, amparado. Não faltei com o respeito com ninguém que aqui está: quem faltou com o respeito foi o governador, desequilibrado, despreparado, desestruturado, e que, em um rompante de desespero, parecendo que estava na casa dele, tratando com os seus subordinados, veio aqui faltar com o respeito com a Assembléia Legislativa.

Foi lamentável que naquele momento a Mesa da Assembléia não tomou uma providência de colocar “os pingos nos is”, de exigir respeito, ou do presidente da Assembléia conceder ou não conceder a palavra e dizer: “olha, V. Exa. não tem o direito de usar, porque é uma Sessão Especial, assim como foi feito com o deputado Pessuti. Jamais facultava ao governador vir aqui contar de galo”

Eu, infelizmente, fiz uma cirurgia nas cordas vocais, não pude gritar de viva voz, porque esse era o meu desejo, para travar uma discussão sem microfone, mas naquele momento eu estava impedindo, como estou ainda hoje, de gritar para poder fazer me ouvir.

Todavia, não me preocupa o que o governador Jaime Lerner fala, porque o que ele fala para mim não tem valor, é um homem que não merece valor.

Então, deputado Zuk, quero agradecer o seu manifesto e qualquer deputado aqui nesta Casa que um dia venha a ser agredido pelo governador ou quem quer que seja, vai ter o nosso respeito, a nossa solidariedade. Espero que ninguém venha a ser vítima da infâmia de uma pessoa desqualificada como o governador Jaime Lerner.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte, deputado Nereu Moura, e continuando, senhor presidente, dizendo, ontem S. Exa. o governador não ofereceu a esta Casa e ao Paraná nem na palavra e nem naquela obra transcrita quando ele gastou nos sete anos com a sua assessoria de comunicação neste Estado, quanto custou ao Paraná aquela mentira da venda da Copel para fazer a previdência dos inativos do Estado e principalmente fazendo com que o Paraná até parasse, se não houvesse a venda da Copel e passado um espaço de tempo curto, S. Exa. o governador, usando o dinheiro do povo, vai de novo dizer que agora não precisa mais vender a Copel por outros motivos que não é o real, que é a justiça que o impediu de vender este patrimônio do Estado!

Queremos, senhor presidente, numa outra oportunidade, voltar a este assunto da Copel, voltar ao assunto da palavra do governador quando ele aqui, numa descortesia que o Regimento não permite, comparou os sete anos de seu governo com outros governadores que não tiveram o privilégio que ele obteve de ter sete anos seguidos de governo; nenhum governador da história do Paraná teve isso. Não defendo o Álvaro Dias ou o Requião, não defendo aqui o senhor Jayme Canet ou seja qualquer governador. Defendo a verdade, senhor presidente, e o governador atual do Paraná, faltou com a verdade! Ele fez dados de sete anos da sua administração contra períodos menores de outros governadores!

Faltou com a verdade S. Exa. o governador também quando disse que deu aumento ao funcionário público do Estado e que o Paraná não reclamava nada e hoje estas galerias que infelizmente aqui não mais se encontram, são o testemunho para desmentir, não eu, mas a família do Paraná que aqui esteve representada, desmentir o senhor governador que realmente deve a cada dia que se levanta, ir a um médico, médico este de restauração facial, porque ele é igual ao Pinóquio: cada dia cresce o nariz e ele corta com uma mentira.

O Sr. Orlando Pessuti

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Veja bem, deputado, o governador falou que o salário dos servidores dobrou nos sete anos de mandato dele. Então, ele não foi justo, porque também afirmou o governador que a arrecadação cresceu quatro vezes. Então, ele teria que ser justo e ter pelo menos equiparado. Ele falou que nos seus sete anos de governo, construiu 63 mil moradias! No governo de Roberto Requião, três anos e dezesseis dias de governo, Roberto Requião e sua equipe construíram mais de 40 mil casas. Então, proporcionalmente, fez mais. No governo Requião, em três anos e dezesseis dias, construiu perto de mil quilômetros de novas rodovias. No governo de Jaime Lerner, em sete anos, não chega a isto. No governo Requião, em três anos e dezesseis dias, mais de três mil quilômetros de rodovias foram restauradas. No do Jaime Lerner, perto de 10 mil

quilômetros de rodovias, inclusive a de Lunardelli - que registra a presença dos vereadores João e Marcão, que estão aqui - foram destruídas!

Então, enquanto no governo do Requião, de três anos e dezesseis dias, se fez mais de três mil quilômetros de reconstrução, no do Jaime, mais de 10 mil quilômetros foram destruídos.

E ele não falou um dado importante aqui, que acho que é importante: ele esqueceu de dizer que quando ele pegou o governo, o Paraná tinha 141 anos de existência e uma dívida de um bilhão e quatrocentos. Em sete anos ele transformou essa dívida em uma dívida de 17 bilhões. Esse crescimento ele também tinha que falar, porque é importante a profundidade de endividamento do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte.

Deputado Nelson Tureck, um dos governadores que mais atendeu o Sudoeste do Estado, foi o governador Jayme Canet. O senhor colocou que ele fez, realmente, uma grande parte das obras, que V. Exa. testemunhou. E não o atual governo, que aqui se encontra. O governador Jayme Canet foi o maior governador do Sudoeste e do Oeste do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PT.

No Horário do PMDB, concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, deputado Elio Rusch, senhoras e senhores deputados.

Ontem fez dois meses que o deputado Tiago Amorim Novaes foi covardemente assassinado, na cidade de Cascavel. Durante os três anos que aqui estive, foi um deputado leal ao governador Jaime Lerner, votando sempre do seu lado - companheiro firme - apenas com a exceção da Copel. Ele não recebeu do governador sequer uma menção!

Isso demonstra que esse governador Jaime Lerner não sabe respeitar os seus companheiros, nem aqueles que tombam na luta e que sempre lutaram ao seu lado - como foi o caso do deputado Tiago Amorim Novaes.

Senhor presidente, a polícia e o governador Jaime Lerner, até agora, não deram pistas dos assassinos do deputado. Está lá, a sociedade do Oeste do Paraná, como o nosso Paraná, à espera de uma solução para este pavoroso crime, que enlutou todos nós e o Paraná inteiro.

Mas receba aqui, deputado Tiago Amorim Novaes, aonde V. Exa. estiver, a homenagem nossa, do PMDB. V. Exa. que sempre foi adversário, mas por quem tínhamos respeito. Se não recebeu a homenagem daquele que V. Exa. defendia e apoiava, receba o nosso respeito e consideração. E também a exigência para que esse governo incompetente, que perdeu o rumo, possa imediatamente esclarecer esse crime, punir os responsáveis, colocando

na cadeia aqueles que ceifaram a vida de um jovem parlamentar, que tinha tanto futuro ainda pela frente.

Concedo um aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Nereu Moura, V. Exa. toca num momento muito importante, extremamente profundo, sobretudo para reflexão deste Poder. Perdemos aqui um companheiro, a Casa foi ferida de morte, e efetivamente temos que usar todos os meios a fim de que a Casa se pronuncie, que o governo do Paraná se pronuncie, porque se nós não tivermos um anúncio oficial diante da morte de um parlamentar, o que poderemos esperar da segurança, polícia científica, da nossa estabilidade e a segurança do Estado do Paraná?

Portanto, neste momento que V. Exa. lembra do nome do deputado Tiago Amorim Novaes, quero dizer a V. Exa. e aos deputados, que me sinto enlutado, porque perdemos um companheiro e um colega eleito pelo povo, e que facilmente seria, com todas as perspectivas, reeleito novamente. Portanto, esta Casa e o Estado evidentemente deixam passar em branco, sem dar uma nota oficial.

Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA

Agradeço o aparte e rendo as minhas homenagens em nome do meu partido, PMDB, ao deputado Tiago Amorim Novaes, brutalmente assassinado há dois meses, e nem notícias se tem por parte da polícia do governador Jaime Lerner.

Quero também, em nome do PMDB, dar as saudações ao eminente deputado, Pastor Fernando Guimarães, que V. Exa. possa aqui nesta Casa, deputado ajudar a construir um Paraná decente, um Paraná progressista, que possa contribuir com vossa inteligência, com vosso trabalho, no sentido de nós todos deputados, ajudarmos na construção do nosso Estado do Paraná.

O Sr. Ricardo Chab

Ouvindo naturalmente V. Exa. na tribuna, nesta tarde, notei que o senhor tocou na questão do deputado Tiago.

Eu, na condição de presidente da Comissão de Segurança, vou, nos próximos dias, reunir a comissão e vamos tentar fazer com que o Plenário aprove a convocação do secretário, do delegado que está investigando, para dar uma explicação a esta Casa.

Porque, vejamos bem, a notícia que nos chegou ontem, é que o delegado especialmente designado para investigar o caso, remete a informação novamente ao Poder Judiciário pedindo mais prazo para investigação.

Ora, se passaram sessenta dias, espera-se agora mais trinta! Quanto tempo vai durar a investigação?

E o pior, hoje conversando com algumas pessoas, alguns colegas jornalistas que estão nos vários veículos de comunicação, a informação que eles me passaram é a seguinte: não se tem uma linha de investigação, não se

sabe por que mataram o deputado Tiago. Não tem nada pior para o Parlamento do Estado do Paraná, do que termos um deputado executado a tiros, sem que sequer saibamos se é questão política, se não é política, se a questão é pessoal ou não é pessoal, se a questão é passional; enfim, não importa qual o motivo, mas pelo menos um motivo, não se faz uma investigação policial - e aqui falo agora por conhecimento de quem milita nesta área há vinte anos. Espera um pouquinho! Não se faz uma investigação policial, não se começa uma investigação policial sem que você tenha um motivo.

A primeira coisa para se descobrir o autor do crime é, primeiro, descobrir o motivo. Então, espera um pouquinho, de duas, uma: ou a investigação não está sendo bem conduzida, ou todas as informações estão sendo omitidas, e eu não sei o porquê disso.

Então, daí o motivo de a Comissão de Segurança Pública, deputado Nereu Moura, nos próximos dias, requerer ao Plenário, se votação em plenário, para que convoquemos, porque hoje a informação que sai da Secretaria da Segurança é que um novo delegado foi designado. Nós tínhamos um delegado que começou lá do zero e agora designou-se mais um delegado.

Ora, pode se designar 20, 30, 50, não é o número de delegados, é a qualidade do profissional! Não se trata de números, e sim, da qualidade do trabalho, da qualidade da investigação.

Então, acho que este Parlamentar não pode silenciar, nós não podemos ficar quietos. O que aconteceu com o deputado Tiago ninguém sabe ainda. Há uma série de suposições. Já ouvi de tudo sobre a execução do deputado Tiago, aqui neste plenário; de cada um dos deputados ouvi um motivo, é por causa disso, é por causa daquilo, mas, espera um pouquinho! Nós estamos falando além do ser humano, um cidadão que teve uma votação expressiva, um homem público que foi maciçamente votado na sua região, no Oeste do Estado. Isso está passando em branco a todos nós!

Eu acho isso, de repente, essa história calar à força.

Nós não podemos conceber isso! Mas, a exemplo da família, este parlamento, a Assembleia Legislativa como Poder, nós temos a obrigação de ser persistentes na cobrança e não deixar que a coisa caia no esquecimento!

Acredito que as investigações estão sendo realizadas com afincos, mas preocupa-me o fato de, a cada tempo, se pedir prorrogação na investigação.

O SR. NEREU MOURA

Folgo em saber que a Comissão de Segurança desta Casa vai se envolver para buscar esclarecer esse crime hediondo, terrível, que enlutou a todos nós.

Senhor presidente fui aqui desrespeitado pelo governador Jaime Lerner, e desrespeitou esta Casa, demonstrando ignorância, despreparo, falta de equilíbrio.

Vem aqui o governador, não conhecendo o Regimento Interno da Casa, assumir a presidência da Casa, porque no momento que eu solicitei uma questão de

ordem, quem teria que me responder a questão de ordem, era o Presidente da Casa, não o governador Jaime Lerner.

Foi destituído o deputado Hermas Brandão da Presidência da Casa e assumiu a presidência e comandou a Sessão! Percebi que no arroubo, no rompante, o poder que mantém desesperado, nervoso, porque está vendo que a carroça já foi para o brejo, com corda e tudo e com os animais...

Então o governador assumiu aqui, o comando da Assembleia Legislativa, me respondeu a questão de ordem, por duas vezes, de forma mal-educada, despreparada, desrespeitando-me como parlamentar e, por isso mesmo, desrespeitando a Assembleia Legislativa. Não devo obrigação ao governador Jaime Lerner, nenhum voto que eu tive foi com a ajuda dele, porque sempre fui um combativo deputado aqui nesta Casa, contra o seu governo. Elegi-me deputado com votações que deixam-me honrado, sem ter nenhum favor desse governo.

Por isso, posso ter a minha tranquilidade de agir e cumprir o meu mandato com a mais tranquilidade possível.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputado Nereu Moura, V. Exa. já está há 10 minutos na tribuna. Só lhe permitiram 5 minutos. Nós deixamos até passar o tempo, uma vez que o tema que estava sendo discutido era muito importante, a questão do nosso colega Tiago Amorin Novaes.

Consulto V. Exa. se o deputado líder das Oposições, talvez ceda o Horário da Liderança da Oposição.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Assentimento.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

V. Exa. passa a falar no Horário da Liderança da Oposição.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, quero aqui dar o meu repúdio ao governador, já que não pude fazer na minha Casa. Na Casa aonde estou não por sua vontade, mas por vontade do povo do Paraná. Na minha Casa, não pela força desse governador covarde, incompetente, desequilibrado, mas pela força do povo do Paraná. Estou aqui na Casa que é minha, que é do povo, fui desrespeitado, injuriado!

Quero aqui, fazer um desagravo ao povo do Paraná pela atitude grosseria, pela atitude infeliz de um homem que não tem feito outra coisa, a não ser destruir o Paraná.

Eu fiquei pensando, mas por que é que o governador não quis que eu falasse? Ficou com medo, talvez, que eu falasse do escândalo da Imprensa oficial, do desmanche de carros, que a sua polícia estava envolvida com o roubo de carro?

Ficou com medo, talvez, que eu falasse do rombo do Banestado Leasing, do rombo dos títulos podres comprados pelo Banestado, desses Estados falidos por aí,

causando um prejuízo de mais de seiscentos milhões ao erário público?

Ficou com medo que eu falasse da maracutaia do pedágio? Ficou com medo que eu falasse da picaretagem dos Jogos Mundiais da natureza causando um desvio de mais de 80 milhões de reais e que envolve seus familiares? Ficou com medo que eu falasse da Sercomtel, Copel e Prefeitura de Londrina, envolvendo a sua equipe de governo?

Ficou com medo que eu falasse do Paulo, que é de Maringá, que disse que financiou a sua campanha? Ficou com medo que eu falasse da C.R. Almeida e Copel, num envolvimento de mais de 90 milhões de reais? Ficou com medo que eu falasse do envolvimento da Copel e as suas parcerias fraudulentas? Ficou com medo que eu falasse do escândalo das suas 44 viagens internacionais? Ficou com medo que eu falasse do fiasco das vilas rurais? Ficou com medo que eu falasse que nos primeiros quatro anos de governo ele gastou 500 milhões de dólares em publicidade?

Ficou com medo que eu falasse que ele não pôde vender a Copel porque o Supremo Tribunal Federal não permitiu e o povo do Paraná não deixou, e ele, com a maior “cara de pau”, desavergonhado, veio à imprensa dizer que deixou de vender a Copel, que desistiu? Aquela cara de mentira e de falsidade! Ficou com medo que eu falasse das mentiras da campanha eleitoral, da Universidade das Américas, do Aeroporto Internacional de Cascavel e por aí afora?

Deselegante! Fanfarrão! Trapalhão! Enganador e mentiroso! Essas são as expressões que esse cidadão merece.

“Uma figura folclórica da política do Paraná”. Assim é que vai ser conhecido o senhor Jaime Lerner, uma figura que está mais para Odorico Paraguaçu do que para um salvador da Pátria. Tem o estilo do Odorico Paraguaçu. Governador fanfarrão que não fala a verdade; que não fala a verdade e que omite número, que falseia a verdade, que engana o povo! Esta é a história deste homem chamado Jaime Lerner, que infelicitou o nosso Estado, que vem aqui na nossa Casa “cantar de galo”, ofender deputado, humilhar a Assembléia como ele tem feito durante esses sete anos.

O Sr. Durval Amaral

Senhor deputado, permite-me um aparte?

O SR. NEREU MOURA

Nas seqüência, deputado Durval.

O Sr. Durval Amaral

Obrigado.

O SR. NEREU MOURA

V. Exa. já se inscreveu e todos os deputados para falar. V. Exa. tenha calma e mantenha seu sorriso.

O Sr. Durval Amaral

Com toda a certeza.

O SR. NEREU MOURA

Na seqüência, darei aparte a V. Exa.. Pode ficar tranqüilo.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Questão de Ordem**)

Só para deixar consignado na Casa. Eu usei do expediente, mas não sou nenhum deputado Durval Amaral. Respeito é bom e todo o mundo gosta.

O SR. NEREU MOURA

Quem se inscreveu no Pequeno Expediente, foram deputados da Base de Apoio ao Governo, liderados pelo deputado Durval Amaral.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. tem um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. NEREU MOURA

Vou concluir, senhor presidente.

Dormi tranqüilo ontem à noite, porque o governador Jaime Lerner não merece o meu respeito pelo governo que está fazendo no Paraná.

Agora está iludindo os municípios com os convênios, os mesmos convênios assinados em 98, que até agora não pagou. E alguns prefeitos ainda caem nesta arapuca.

Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. que é o nosso líder, podemos até acionar o Ministério Público, porque se trata de mais um escândalo eleitoral, chamando os prefeitos a Curitiba, aliciando, exigindo trocar de partido, o mesmo que ocorreu em 98. As mesmas cenas se repetem agora. Seria necessário que acionássemos o Ministério Público para não permitir que alguns prefeitos desesperados atrás de obras caíam no conto do vigário e repita-se a mesma tragédia, que ocorreu em 98, quando muitos assinaram convênio e até hoje estão sem ver a cor do dinheiro.

É preciso que tomemos as nossas providências. Vamos pecar por ação e não por omissão, para ajudar, para que o Paraná fique livre desse tipo de fraude que ocorreu nas eleições de 98.

Concedo aparte ao deputado Durval.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

O senhor já está com tempo esgotado. Já está encerrado o seu pronunciamento?

O SR. NEREU MOURA

Está certo, deputado Elio Rusch. Agradeço a sua tolerância.

Gostaria de conceder o aparte ao deputado Durval, mas estamos, aqui, no início do período legislativo e

temos um ano inteiro pela frente, não vai faltar oportunidade para travarmos um debate aqui nesta Casa.

O Sr. Durval Amaral

Estou satisfeito, deputado Nereu, com a sua intenção e cordialidade em me dar o aparte.

O SR. NEREU MOURA

Muito obrigado, deputado Durval. V. Exa. está de cabelos brancos de saber que tenho muita consideração por V. Exa. Agradeço a sua bondade em ter permitido que eu concluísse o meu pensamento, e agradeço aos deputados pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário da Liderança do Governo com a palavra o senhor deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Quero cumprimentar e parabenizar o pastor Fernando, que chega para abrilhantar esta Casa.

Seja bem-vindo, que o senhor possa contribuir com o nosso Estado do Paraná com a sua sabedoria, com a sua integridade.

Cumprimentar o deputado Nereu Moura pela primeira parte do seu pronunciamento, quando realçou a figura querida do nosso deputado Tiago Amorim. E era bem por isso que lhe pedi um aparte. Foi um deputado combativo, um deputado brilhante, um deputado amigo de todos nós nesta Casa. E fico muito feliz, que essa primeira Sessão, não solene, de lembrar a memória do deputado Tiago.

Com relação ao episódio ocorrido ontem, não quero polemizar, porque o senhor sabe o carinho, o respeito e até a amizade fraternal que tenho com V. Exa. Tudo isso, porém, poderia ter sido evitado, se tivéssemos todos nós parlamentares nos limitado ao que determina a Constituição do Estado e o que determina o Regimento Interno desta Casa. É uma prerrogativa exclusiva do governador do Estado do Paraná vir a Assembléia Legislativa prestar contas. E não cabe a nós, parlamentares, apartarmos, levantar questão de ordem.

E o episódio ocorreu, porque naquele momento o governador usava de uma prerrogativa constitucional e no clamor, quem sabe, de buscar uma discussão, um debate, ocorreu esse episódio. E acho que o governador foi muito feliz, quando disse que o senhor teria, como tem, durante todo o ano, durante todos os dias, a oportunidade de discutir, de debater, de trazer para esta Assembléia o contraditório, como fez agora, e que com toda certeza, se o Paraná e se todas essas premissas que o senhor se referiu há pouco, fossem verdadeiras, o senhor não estaria, com toda certeza, preocupado com os convênios que o governador Jaime Lerner está assinando no Palácio Iguaçu. O senhor não estaria preocupado - em hipótese nenhuma, com a repetição do filme. Porque se esse filme se repetir, certamente o governador Jaime Lerner, vai fazer o seu

sucessor. Porque, com esse filme que V. Exa. se refere, ele ganhou a eleição no ano passado. Essas são as suas palavras. Então, não haveria necessidade de ter preocupação: são mais de 400 milhões de reais investidos na recuperação das nossas rodovias não pedagiadas! São 200 milhões de reais que seriam investidos nos municípios do Estado do Paraná!

E a Oposição e alguns, perplexos, se perguntam: da onde vêm esses recursos? Vêm da competência, da austeridade, da capacidade administrativa e financeira. E, efetivamente, quem duvidar, coloque o vídeo novamente para passar esse filme. Quem sabe - deputado Nereu Moura, ver a repetição do filme com os mesmos resultados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Antes de passarmos à Ordem do Dia, registramos a presença do Prefeito de Araruna, Renato Toaldo e mais três secretários daquele município. Presença registrada pelo deputado Edno Guimarães.

Também registramos a presença do prefeito do município de Palotina, Luiz Ernesto.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Nós temos, ao longo de todo esse tempo, feito uma constatação: esta Assembléia na realidade muitas vezes tem funcionado por causa da minoria. A maioria, fabricada pelo governador, como hoje, se ausenta.

Então, peço a V. Exa. verificação de quórum neste momento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Peço que se registre a presença do prefeito de Rio Branco do Ivaí, Pedro Taborda.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Peço ao senhor 1º secretário, deputado Edno Guimarães, para que faça a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edno Guimarães)

Procede a chamada nominal dos deputados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Vinte e quatro senhores deputados responderam à chamada. Não há quorum para deliberação apenas para prosseguimento da Sessão.

As três propostas de Emenda à Constituição, devidamente subscritas todas, protocole-se. Receba-se. Publique-se no Diário da Assembléia, em avulso, para conhecimento de todos os senhores deputados. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Só para fazer um comunicado à Presidência e aos parlamentares que no dia 29 de novembro foi instituída

por esta Casa a CPI dos Alimentos, para analisar a questão do leite, da carne, hortifrutigranjeiros e do café.

Atendendo a manifestação dos companheiros integrantes desta Comissão, os 11 titulares e os 11 suplentes, a comissão esteve reunida nos dias 18 e 21 de dezembro, nos reunimos, novamente, no dia 21 de janeiro. Tivemos oportunidade nos dias 29, 30 e 31 de realizar em Ponta Grossa, Guarapuava, Francisco Beltrão, Cascavel, Maringá e Londrina, audiências públicas, onde contamos com a presença de parlamentares da CPI, parlamentares que não pertencem à CPI mas que compareceram, como foi o caso de V. Exa. lá em Cascavel.

Eu quero, neste momento, dizer que os trabalhos estão transcorrendo dentro daquilo que imaginávamos, com a participação de todos, a maioria dos deputados da Comissão está participando, as entidades estão participando de uma forma bastante efetiva. Devo dizer que nestas seis audiências públicas nós conseguimos reunir, com certeza, ao redor de 2.500 pessoas, porque em nenhuma das reuniões tivemos menos de 300 pessoas, sempre mais.

Foi realmente uma jornada de trabalho maravilhosa, até então. Quero agradecer à assessoria que nos foi designada, aqui da Assembléia, agradecer ao pessoal da taquigrafia, que nos acompanhou, o pessoal da imprensa e dizer que temos programado para o próximo dia 27 de fevereiro, neste recinto, uma audiência pública para a região de Curitiba, Região Metropolitana, de União da Vitória, Litoral do Paraná, que não pôde ser por nós visitada.

Então, que todos os parlamentares, já que esta foi uma CPI criada pela manifestação unânime desta Casa, possam participar desses eventos que estamos realizando, porque, afinal de contas, a questão dos alimentos é de fundamental importância.

Nós já conseguimos identificar uma série de problemas, onde o produtor está recebendo muito pouco pelo leite, onde o consumidor está pagando muito caro pelo leite, pelos derivados do leite e tem toda uma conformação no meio: ficando com este diferencial de preço entre o produtor e nós, todos os consumidores.

Por isso, é importante a presença de todos os deputados, trazendo sugestões, denúncias, opiniões, como foi hoje, durante a manhã, quando tivemos mais uma reunião ordinária da CPI dos Alimentos, onde novas idéias foram apresentadas. Nossa vontade seria concluir os trabalhos neste item “leite” até o final do mês de março, quando os deputados Silvestri e Eli Ghellere, relator e sub-relator, deverão sugerir à comissão um relatório final deste capítulo “leite” para que ao final, posteriormente a isto, possamos fazer junto com as demais Assembléias do Brasil que têm CPI do Leite instalada, que são Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Goiás e Minas Gerais, fazermos um relatório conjunto da questão “leite” no Brasil, e junto com a Comissão da Agricultura da Câmara Federal, deputados Micheletti, Michel e outros que estão mais diretamente

envolvidos com a questão do leite, produzimos um documento para ser submetido à apreciação do presidente da República, do ministro da Agricultura e do ministro da Fazenda, propondo uma série de medidas, entre as quais, um preço mínimo, um preço de referência para o leite, um organismo que possa regular a questão do leite, o preço dos insumos que são utilizados na sua produção, enfim, mecanismos com relação à exportação, estocagem, importação, créditos.

Saibam V. Exas. senhor presidente e demais deputados, o leite é três vezes o PIB da laranja e duas vezes o PIB do café. A laranja e o café têm políticas nacionais e internacionais de créditos à exportação. E o leite é o principal alimento, eu diria até que na presença do leite o principal medicamento da vida das pessoas, não tem nenhuma política.

Por isso, nós estamos nos dedicando pamente a este trabalho. Agradeço a todos os membros da CPI e peço a todos a colaboração para que possamos terminar este trabalho com propostas e conclusões que vêm ao encontro das necessidades que têm, principalmente, o produtor rural e o consumidor.

Basta ver, agora, quando estamos entrando num período de falta de leite, vão ao supermercado para ver: o leite que era comercializado a R\$0,75, já está sendo comercializado a mais de R\$1,00, e nem por isso o produtor rural está recebendo o preço que merecia receber.

Então, temos que agir em cima disto. E digo a todos que a CPI dos Alimentos, CPI do Leite, como estamos chamando neste momento, está procurando cumprir fielmente seu papel, com apoio, repito, dos nossos deputados, dos funcionários da Assembléia, do serviço de Taquigrafia e da imprensa, que deram a nós o apoio necessário para que a CPI pudesse caminhar.

Agradeço, evidentemente, à Mesa Executiva, por estar nos dando condições de infra-estrutura para que possamos nos deslocar por todo o Paraná.

Era este o registro que queríamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Aproveito para parabenizar o deputado Orlando Pessuti, bem como todos os integrantes da CPI dos Alimentos. Nos tivemos o prazer de acompanhar uma das audiências, mas todos os integrantes, principalmente V. Exa. e a Mesa estão sendo informados de que houve um prestigiamento muito grande, de centenas e centenas de pessoas que compareceram em todos os locais, tanto no Oeste, como no Sudoeste, Norte do Estado. Tenho certeza de que o trabalho deve ter logrado êxitos.

Queremos registrar a presença do chefe do Núcleo de Agricultura da região de Cascavel, senhor Claiton Miranda.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria dos senhores deputados Luiz Carlos Zuk, Waldyr Pugliesi, Edson Strapasson, Serafina Carrilho, Fernando Guimarães e demais senhores deputados, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. Publ. no Diário Oficial da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos senhores deputados.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, com apoioamento dos senhores deputados Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Eli Ghellere, Ademir Bier e demais senhores deputados, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos senhores deputados.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, com apoioamento dos senhores deputados Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Eli Ghellere, Ademir Bier e demais senhores deputados, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos senhores deputados.**

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, com apoioamento dos senhores deputados Duílio Genari, Nelson Garcia, Elio Rusch, Nelson Tureck e demais e demais senhores deputados, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos senhores deputados.**

Projeto de resolução de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, com apoioamento dos senhores deputados Nereu Moura, Orlando Pessuti e Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Vossa Excelência não leu por completo a súmula do meu projeto. Para deixar bem claro que o uso de coletes à prova de bala, ainda não é para os parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A súmula diz que “uso de coletes à prova de bala e dá outras providências”.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos senhores deputados Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi, Orlando Pessuti, Luciana Rafagnin e demais deputados, constantes do expediente, devidamente apoiado. **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 05 (cinco), de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin e do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ademir Traiano, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 005, 007, 009 a 011, 013, 014, 017 e 027 a 031, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 032 e 033, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 066, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 084 e 086, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 059, 060 e 061, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Quero incluir nessa relação, o padre Sante Capriotti. A história dele se confunde com o carnaval. Ele era um carnavalesco em Campinas, quando foi solicitado pelo padre da cidade que largasse o carnaval e usasse mais a sua inteligência em nome de Deus e transformou-se em padre.

Também o grande companheiro Sale Wolokita, meu professor de televisão. Trabalhamos vários anos juntos na antiga OM de Comunicações. E por último, o companheiro Carlos Roberto Tavares, o “Chaves” - que era o redator-chefe do jornal “A Tribuna do Paraná”.

Pessoas importantes que deixaram marcas no Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Fiquei muito surpreso com a morte de um grande companheiro que é o “Chaves”. Gostaria de fazer um voto de pesar ao senhor Luiz Afonso Hauer. Um empresário, construtor de Curitiba, de um família honrada, filho do advogado Geroldo Hauer, enfim, queremos registrar, juntamente com Algaci Tulio, Marcos Isfer e demais deputados, os votos de mais profundo pesar à família Hauer, ao mesmo tempo, que desejamos que entendam que esses são os desígnios de Deus e evidentemente, todos nós devemos nos curvar à sua vontade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 371/99, 164, 575, 468, 502, 647, 649, 657 e 659/2001.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 015/2002

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO - o infausto passamento, ocorrido na data de hoje, dia 24 de janeiro, nesta capital, do senhor deputado Renato Loures Bueno. Brilhante parlamentar, exerceu o mandato de deputado estadual durante a 4ª legislatura (1959/63) e a 9ª Legislatura (1979/83). tendo sido eleito, também deputado federal.

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira de homem público do senhor deputado Renato Loures Bueno, com um trabalho sempre voltado para as mais justas aspirações do povo da nossa terra.

R E S O L V E :

Art. 1º - Guardar Luto Oficial por 3 (três) dias, a contar desta data, como expressão de pesar pelo falecimento do Exmo. Sr. deputado Renato Loures Bueno.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24.01.2002.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 016/2002

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO - o infausto passamento, ocorrido na data de ontem, dia 24 de janeiro, no município de Londrina, do senhor deputado Joaquim Néia de Oliveira. O querido parlamentar foi eleito, no começo da década de cinquenta, prefeito municipal de Ribeirão Claro. Na sequência Joaquim Néia elegeu-se deputado estadual durante três legislaturas: a 3ª Legislatura (1955/59), a 4ª Legislatura (1959/63) e a 5ª Legislatura (1963/67). Foi escolhido, também, pelos seus pares para ocupar o cargo de 2º vice-presidente e 1º e 2º secretário da Comissão Executiva.

CONSIDERANDO - que essa ocorrência representa uma perda irreparável para a sociedade paranaense, dada a irrepreensível carreira de homem público do senhor deputado Joaquim Néia de Oliveira, com um trabalho sempre voltado para as mais justas aspirações do povo da nossa terra.

R E S O L V E :

Art. 1º - Guardar Luto Oficial por 3 (três) dias, a contar desta data, como expressão de pesar pelo falecimento do Exmo. Sr. deputado Joaquim Néia de Oliveira.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 017/2002

conceder, aposentadoria por invalidez a JAMILE MOHAMMAD CARDOSO, matrícula nº 40534, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Compositor de Sistema Polymax - N-63, com vencimentos mensais e integrais correspondentes a seu cargo efetivo, nos termos dos arti-

gos 139, 224, e 235 da Lei de nº 6.174/70, acrescido de três (3) adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da mesma lei, e gratificação de insalubridade, nos termos do inciso XI, do artigo 172, da mesma Lei Estadual de nº 10.692/93 resultando em proventos de inatividade conforme cálculo de fls. 16, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, desta Casa.

(Prot. nº 11.424/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 018/2002

determinar, à Diretoria de Pessoal a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de LUIZ FERNANDO GOTTARDI, matrícula nº 546, funcionário aposentado do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, na forma do artigo 30, da Lei Federal nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do artigo 40, Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1042, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF nº 15/2001, de 06 de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 12.634/2001)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 019/2002

conceder à LIVETE DE ANDRADE, matrícula nº 40741, funcionária deste Poder Legislativo, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lodada no Serviço Odontológico, Licença Especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período da licença deverá ser marcado pela Requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada Lei.

(Prot. nº 111086/2001)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.01.2001.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

VALDIR ROSSONI - 1º Secretário

ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 16/2002

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ROSELI GOBBO ARAUJO,

matrícula nº 40393, de sessenta (60) dias, para acompanhar a filha menor Fernanda Araújo Ponczkowski que encontra-se internada na UTI geral do Hospital Pequeno Príncipe, a partir de 14 de janeiro de 2002, término em 15 de março de 2002. CID.Q.91-3.

(Prot. nº 162/2002)

PORTARIA Nº 17/2002

conceder, licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, ACIOLY BATISTA, matrícula nº 40928, de noventa (90) dias, a partir de 15 de janeiro de 2002, término em 16 de abril de 2002. CID.10 B.18.2.

(Prot. nº 163/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 05.02.2002.

PORTARIA Nº 18/2002

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, MARCIA BORIO WOJTUNIK, matrícula nº 41040, de sessenta (60) dias, a partir de 25 de janeiro de 2002, término em 25 de março de 2002. CID.M.65.4.

(Prot. nº 606/2002)

PORTARIA Nº 19/2002

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ANA MARIA ANTUNES, matrícula nº 40203, de trinta (30) dias, a partir de 31 de janeiro de 2002, término em 02 de março de 2002. CID.298.9/0.

(Prot. nº 775/2002)

PORTARIA Nº 20/2002

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, JOYNE MERI SCHUHLI, matrícula nº 40471, de trinta (30) dias, a partir de 14 de janeiro de 2002, término em 13 de fevereiro de 2002. CID.D.12.

(Prot. nº 739/2002)

PORTARIA Nº 21/2002

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, WILMA ALVES GOUVEIA, matrícula nº 40588, de noventa (90) dias, a partir de 29 de janeiro de 2002, término em 29 de abril de 2002. CID.I.11.0.

(Prot. nº 774/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.02.2002.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral